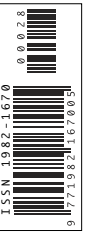


PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

FGV
GVces

NÚMERO 29
ABRIL 2009
R\$ 15,00



Divisores da **água**

Fórum Mundial: floresta é peça-chave. Falta a sinapse política

Governo: tema está fora da agenda estratégica nacional

Serviços ambientais: experiências boas, mas poucas

Pequenas hidrelétricas: não tão inofensivas assim



Dois bancos, milhares de pontos de atendimento e uma certeza: estamos cada vez mais próximos de você.

Agora, os clientes do Santander e do Banco Real podem fazer saques, consultas e pagamentos nos dois bancos.

O Santander e o Banco Real estão unindo as redes de atendimento para seu benefício. Desde já, os clientes dos dois bancos podem usar os milhares de agências bancárias e caixas eletrônicos em todo o País. Para você, é mais comodidade e conveniência. Para todos os funcionários, mais uma prova de que o melhor dos bancos já é uma realidade. E isso é só o começo.

Unidos, somos ainda mais fortes. Junte-se a nós.

Marcel Stefani, cliente do Santander.
Carla Tassini, cliente do Banco Real.

Conheça os benefícios que estão disponíveis para você:

✓ 18 mil caixas eletrônicos

✓ consulta de saldos e extratos

✓ saques

✓ pagamento de contas

✓ mais de 6 mil agências e postos de atendimento

 **Grupo Santander Brasil**

Valorizando ideias por um mundo melhor.

 **BANCO REAL**
GRUPO SANTANDER

 **Santander**

Nó em pingo d'água

No momento em que esta edição entrava em gráfica, uma enorme faixa foi estendida na Ponte Rio-Niterói por ativistas do Greenpeace, pendurados em cordas, conclamando os líderes do G-20, reunidos em Londres, a considerar a construção de uma economia de baixo carbono como estratégica na busca de soluções para a crise financeira global. Foi mais do que um rapel engajado. O recado, lembrando os líderes mundiais que de as pessoas e a preocupação com as mudanças climáticas devem vir em primeiro lugar, não podia se dar em lugar mais simbólico para mostrar a necessidade de lançar as pontes entre economia, gente, clima e florestas.

Esta edição, sobre a água, também diz muito a respeito de pontes: mostra como esse elemento fluido permeia um sistema complexo interligado pelas crises climática, econômica, energética e social – como acesso a saneamento e água potável. Ainda que a política, formada por interesses conflitantes, insista em criar divisores. Em mais um encontro mundial, como o Fórum realizado em Istambul, o discurso da soberania fez o Brasil negar o direito humano à água. E, talvez por falta de visão estratégica, o País também desperdiçou a oportunidade de relacionar combate ao desmatamento, equilíbrio climático e conservação de água. No cenário doméstico, um moderno arcabouço legal para gestão dos recursos hídricos ainda se perde no pouco entendimento entre União e Estados, enquanto inovadoras experiências de pagamentos por serviços ambientais contam-se nos dedos.

Ao ligar os pontos entre água e clima, PÁGINA22 lança neste número (identificada com um selo) a primeira de uma série de reportagens preparatórias à 15ª Conferência das Partes sobre Mudança Climática (COP 15), a ser realizada em Copenhague, em dezembro, e da qual poderão sair acordos decisivos. Mas muito disso depende de que os líderes mundiais vejam as pontes e suas mensagens.

Boa leitura

PÁGINA22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury



COORDENADOR Mario Monzoni
COORDENADORA-ADJUNTA Rachel Biderman

EDITORAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini
REPÓRTER Carolina Derivi
EDIÇÃO DE ARTE

Marco Cançado, Dora Dias (Banana Biônica Design)

EDITOR DE FOTOGRAFIA Bruno Bernardi

ILUSTRAÇÃO Janaina Tokitaka

REVISÃO José Genúlino Moura Ribeiro

COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo

RELAÇÕES PÚBLICAS Jaqueline Santiago

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Ana Cristina D'Angelo, Flavia

Pardini, José Alberto Gonçalves, Luciano Delfini, Marcelo Trad, Pedro

Roberto Jacobi, Rachel Biderman, Regina Scharf

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Amália Safatle (MTb 22.790)

MARKETING E PUBLICIDADE

SÃO PAULO: Bernardo Leschziner (11) 8926-1415

e Monica Carboni (11) 8104-1632

RIO: Ricardo Luttigardes (21) 9217-3931

BRASÍLIA: Charles Marar Filho (61) 3321-0305

MINAS GERAIS: Alvaro Rocha e Rosina Bernardes (31) 3261-3854

PORTO ALEGRE: Roberto Gianoni (51) 3388-7712

NORTE/NE: Luciano Moura (81) 3466-1308

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Alameda Itu, 513 - CEP 01421-000 - São Paulo - SP

(11) 3284-0754 / redacao@pagina22.com.br

REPARTES CORPORATIVOS

(11) 3284-0754 - www.pagina22.com.br

contato@pagina22.com.br

IMPRESSÃO Posigraf

DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição

NÚMEROS AVULSOS

(11) 3284-0754

CONSELHO EDITORIAL

Aron Belinky, Cynthia Rosenburg, José Carlos Barbieri, José Eli da

Veiga, Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi, Ricardo Guimarães,

Roberto Waack, Tarcila Reis Ursini

Os artigos, ensaios, análises e reportagens assinadas expressam a opinião de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista das organizações parceiras e do GVces.

É necessária a autorização dos editores, por escrito, para reprodução do todo ou parte do conteúdo desta publicação.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.000 exemplares

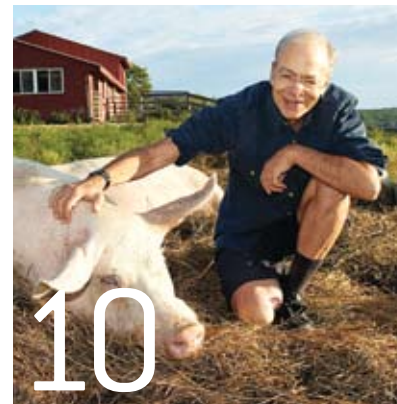


Fontes Mistas

Grupo de produtos proveniente de florestas bem manejadas e fontes controladas
www.fsc.org Cert no. SW-COC-002841
© 1996 Forest Stewardship Council

A REVISTA PÁGINA 22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE REFLORAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC DE ACORDO COM RIGOROSOS PADRÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

CAPA: BRUNO BERNARDI



Notas	6	
Entrevista	10	Notório defensor dos animais, Peter Singer defende a moralidade da doação como forma de erradicar a pobreza
Coluna	15	
Fórum Mundial	16	Abismos políticos ignoram o acesso à água como direito humano e o papel da conservação de florestas
Austrália	24	O país já se vê afetado pelas mudanças do clima. Com economia e população crescentes, qualquer fonte hídrica vale
Gestão	28	Onde a cobrança pelo uso da água virou realidade, o efeito é multiplicador. Mas ainda há muitos nós a desatar
Análise	33	
Serviços ambientais	34	Conheça dois casos, em Minas Gerais e na Grande São Paulo, onde o pagamento pela conservação dos recursos hídricos funciona
Artigo	39	
Energia	40	As Pequenas Centrais Hidrelétricas podem gerar grandes danos socioambientais, quando combinadas em série
Crônica	43	
Entrevista	44	A historiadora Anita Novinsky dá sequência à discussão sobre território em Gaza
Artigo	49	
Última	50	



[MUDANÇAS CLIMÁTICAS I]

EUA devem reportar emissões

O primeiro passo do governo Obama para regulamentar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) já foi dado. Este mês, a Agência de Proteção Ambiental americana (EPA) apresentou um projeto para obrigar os principais setores industriais do país a medir e reportar a produção de carbono e de outros GEE anualmente.

“Os nossos esforços para enfrentar as mudanças climáticas precisam ser guiados pela melhor informação possível”, diz a administradora da EPA, Lisa Jackson, em *release* publicado no site da agência. David Doniger, diretor de um dos mais importantes grupos ambientalistas americanos, o Conselho de Defesa dos Recursos Naturais (NRDC, na sigla em inglês), disse que a medida “é a base para qualquer programa sério para taxar e reduzir a poluição ligada ao aquecimento global”, em entrevista ao jornal *The New York Times*.

O projeto da EPA vai poupar os pequenos empreendedores de novos encargos, em um período de brutal recessão. A obrigação de reportar será apenas daqueles cujas emissões superem 25 mil toneladas por ano, o que equivale à pegada de cerca de 4.500 veículos de passeio. Ainda assim, segundo a agência, a medida deve contemplar entre 85% e 90%

do total das emissões anuais americanas.

O piso de 25 mil toneladas não se aplica às empresas, mas às suas instalações. Ou seja, cada prédio, usina ou fábrica que exceder esse limite deverá ter um relatório correspondente. A EPA estima que a nova regra custará US\$ 160 milhões ao setor privado no primeiro ano e US\$ 127 milhões nos anos seguintes. Se aprovada, o primeiro balanço de emissões dos EUA deverá ser concluído em 2011, com base em dados de 2010. A proposta segue para consulta pública durante 60 dias. — por Carolina Derivi

[MUDANÇAS CLIMÁTICAS II]

Nova era

Um registro nacional de emissões de gases de efeito estufa não é o único indício de que a política ambiental dos EUA deve passar por uma guinada. Segundo a imprensa americana, a EPA se prepara para incluir o dióxido de carbono na lista dos gases poluentes prejudiciais à saúde e ao bem-estar públicos da lei conhecida como Clean Air Act.

Aprovada em 1990, é essa lei que permite à agência impor limites obrigatórios de emissão de gases poluentes como, por exemplo, o óxido de nitrogênio, um dos causadores da chuva ácida. Admitir o CO₂ na mesma categoria é preparar o ambiente regulatório para reduzir a pegada de carbono dos EUA. Boa notícia para quem espera um novo e efetivo tratado sobre mudanças

climáticas como resultado da Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP), em dezembro, na Dinamarca.

Uma decisão da EPA também encerrará uma longa controvérsia interna. Desde 2003, uma coalizão de estados americanos, liderados pela Califórnia e por Massachusetts, vem tentando estabelecer seus próprios limites para o carbono. A proposta visava reduzir em 30% as emissões de carros e caminhões até 2016 e garantir que outros estados pudessem adotar a mesma norma.

Na gestão Bush, a EPA negou a permissão, por entender que não havia evidências científicas suficientes sobre as mudanças climáticas e suas causas. Até o fechamento desta edição, a agência americana ainda não havia divulgado seu parecer final. [CD]

[ORIENTE MÉDIO]

O meio ambiente e a paz

Com razão, as notícias sobre conflitos no Oriente Médio centram-se nas perdas de vidas humanas. Mas a guerra é também um relevante catalisador de desastres ambientais. Em 2006, por exemplo, durante as hostilidades entre Israel e Líbano, centenas de quilômetros de florestas israelenses foram incendiadas. No lado libanês, o bombardeio de um termelétrica despejou pelo menos 15 mil toneladas de óleo no Mar Mediterrâneo.

Para chamar atenção a essa realidade foi fundada em 1994 a ONG Ecopeace, integrante da rede internacional Friends of the Earth. A organização acredita que cuidar do meio ambiente pode ser um caminho para promoção da paz, uma vez que os vizinhos hostis compartilham os mesmos recursos naturais. Por isso, a Ecopeace é formada por ativistas palestinos, israelenses e jordanianos, trabalhando juntos.

Uma das questões centrais na região



são os escassos recursos hídricos. O Rio Jordão, uma das poucas fontes de água doce na Terra Santa, e fronteira natural entre Israel e Jordânia, sofre com o despejo de esgoto sem tratamento e com a superexploração da água. Uma das consequências mais visíveis desse quadro é esvaziamento do Mar Morto, que tem o Rio Jordão como seu principal afluente. Nos últimos 50 anos, o Mar Morto já perdeu um terço de sua superfície.

A Ecopeace trabalha pela promoção de pactos ambientais pacifistas, como o projeto “Good Water Neighbors”, que, desde 2001, vem promovendo sistemas cooperativos de gestão do uso da água. [CD]

[BANCOS]

Da ruína à inovação

Em plena crise financeira, tem gente querendo inaugurar um novo banco

buscarem certificação independente.

Para Wiggins, que já foi presidente do Conselho Nacional de Green Building dos EUA, o cliente que busca a redução do seu consumo energético está menos suscetível à volatilidade dos preços de energia no futuro e, portanto, mais apto a honrar seu empréstimo.

Os critérios para concessão de crédito não são a única inovação. Para dar o exemplo a seus clientes, o E3bank reduzirá ao máximo seu consumo de recursos naturais, por ser quase que totalmente virtual. O banco não terá agências, apenas um escritório central no estado da Pensilvânia, e as operações serão realizadas digitalmente por meio da internet. Quando necessário, os próprios funcionários irão ao encontro dos clientes. [CD]

[ESPORTE]

Guinada verde na Fórmula 1

O bom desempenho dos pilotos Rubens Barrichello e Jenson Button não é a única surpresa da Brawn GP nesta temporada. A equipe recém-nascida, fundada em dezembro passado, deve ser a primeira a testar um combustível inédito, menos poluente.

O anúncio foi feito pelo empresário inglês Sir Richard Branson, presidente do Virgin Group, até agora único patrocinador da Brawn. Segundo ele, o grupo vem financiando uma empresa americana chamada Gevo, especializada em pesquisa sobre biocombustíveis, que teria finalizado o produto recentemente.

Branson não forneceu maiores detalhes. Disse apenas que novo combustível não promoverá nenhuma

[ERRATAS] A prefeita municipal de Registro (SP), no Vale do Ribeira, é Sandra Kennedy, e não Sandra Werneck, como foi publicado na matéria “A cidadania que está no mapa”, na edição de fevereiro (número 27) de PÁGINA 22.

O Programa 100 Parques é desenvolvido pela prefeitura de São Paulo, através da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente. Por um erro de redação, a reportagem “Encontra-se verde”, publicada na edição de março (número 28), creditou o programa ao governo do Estado.

emissão de carbono e não competirá com produção de alimentos. "Não é como o etanol", fez questão de frisar. Sua companhia, que nasceu no ramo da música com a Virgin Records, hoje tem atividades também nos setores de transporte aéreo, ferroviário e até espacial, entre outras.

A Fórmula 1 é reconhecida como um grande laboratório de tecnologia automotiva. As inovações percorrem a indústria em cadeia até chegar aos carros convencionais e Branson não esconde que sua intenção é disseminar a descoberta para todos os ramos de transporte.

A Brawn ainda não tem previsão para **começar os testes**, mas a Federação Internacional do Automóvel estabeleceu como meta introduzir os biocombustíveis na categoria até 2011. Nos moldes atuais, a gasolina, cada piloto da Fórmula 1 emite cerca de 54 toneladas de CO₂ durante os oito meses da temporada. [CD]



FALA, LEITOR *Histórias e ideias de quem lê* PÁGINA 22



Durante uma reunião de conjuntura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2005, o economista **Sergio Besserman Viana** sugeriu que se discutissem os assuntos mais importantes do momento: mudanças climáticas e gripe aviária. Sua proposta gerou gargalhadas entre os colegas. No dia seguinte, os jornais noticiaram que a pauta da primeira reunião das Academias de Ciência do G-8 era justamente a mesma sugerida por ele. E passou a andar com um jornal de baixo do braço para confrontar eventuais piadistas nos corredores.

Besserman sempre foi assim, um tanto diferenciado de seus

pares. Professor da PUC-RJ, ele ajudou a fundar e mais tarde dirigiu a primeira gerência de meio ambiente do BNDES, onde fez carreira. Também presidiu o IBGE. Para ele, a variável ambiental vem sendo bem internalizada pelo banco, mas faltaria atuar mais no novo mercado possibilitado pela crise climática, nas áreas de tecnologia e créditos de carbono.

Na qualidade de comentarista da *Rádio CBN* e do canal *GloboNews*, Besserman também tem críticas à imprensa. A começar pelo uso do termo "cético" para designar os cientistas que contestam a existência do aquecimento global: "Cético é aquele que fundamenta suas convicções em evidências. Esses caras, na verdade, são os crentes". Sobre a PÁGINA 22, ele não economiza elogios: "É um presente, uma conquista dos leitores. As matérias são aprofundadas. Nessa temática, é uma contribuição nova".

Besserman é carioca, flamenguista, observador de pássaros, morador e apaixonado por Copacabana, apesar de dizer que o bairro "tem mais problemas do que banco de investimentos americano que apostou tudo em imóveis segurados pela AIG em New Orleans". Como presidente do Instituto Pereira Passos, órgão municipal de urbanismo, ele participa da formulação do primeiro plano de mudanças climáticas da cidade do Rio de Janeiro. Se depender dele, nenhuma elevação do nível do mar vai "lavar" Copacabana do mapa.

SE VOCÊ DESEJA PARTICIPAR DESTA SEÇÃO, ESCREVA PARA REDACAO@PAGINA22.COM.BR E CONTE UM POUCO SOBRE VOCÊ E SEUS PROJETOS. PARA SE COMUNICAR COM SERGIO BESSERMAN, ESCREVA PARA SERGIOBESSERMAN@PCRJ.RJ.GOV.BR

CORREIO *Cartas enviadas por leitores a respeito da entrevista "Ocupantes e ocupados", publicada na edição 27.*



Apesar de a historiadora **Arlene Elizabeth Clemesha** ser uma autoridade no assunto, a entrevista é carregada de ideologia e ambiguidade. A entrevistada afirma que os palestinos não têm passaporte. Eu moro no Inglaterra e conheço palestinos; acreditem ou não, eu já vi o tal passaporte e anexei fotos ilustrativas a esta carta.

Vejo que este espaço é curto e não vou me alongar mais, porém acredito que a revista deverá convidar um entrevistado que mostre o outro lado do conflito e fazer as mesmas perguntas. Com certeza as respostas serão muito diferentes.

George Brummer, publicitário

Londres, Inglaterra

É uma grande tristeza ler de uma pessoa que se diz historiadora tantos absurdos sobre a questão do chamado conflito palestino-israelense. Os palestinos não foram expulsos dos territórios. Foram seus próprios líderes que os orientaram a fazer isso para forçar e pressionar, uma vez que têm por objetivo varrer Israel do mapa. A tal historiadora também não disse quem é que atacou e quem foi atacado nessas ocasiões. Israel não está mais em Gaza e o povo das cidades vizinhas vive sob medo intenso há oito anos com mísseis caindo em sua cabeça diariamente.

Sou judia e filha de judeus que foram expulsos de países árabes. Só que nós não nos amontoamos nas fronteiras, mas recomeçamos a vida do zero, pois tudo foi confiscado. Quem é que fala por nós?? Agora temos um país que representa nosso povo, mesmo que muitos não estejamos lá em função da diáspora. Vamos nos defender, apesar de sermos pessoas de paz. Como bem disse Golda Meir: "Posso perdoar várias coisas aos árabes, só não posso perdoar o fato de terem ensinado aos nossos filhos a arte da

guerra". Amamos a vida acima de tudo. Não somos tolerados em países árabes, mas eles vivem em Israel e têm partido político. São tratados nos hospitais como todos os outros. Já pensou o contrário?? Chega de mentira e falsidade, chega de antijudaísmo, chega de inveja!!!

Jessica Srou Acherboim

jeache@terra.com.br

Considero a entrevista com a historiadora Arlene Clemesha, publicada no número 27 da revista, tendenciosa e parcial. Ela não mostrou em nenhum momento que o principal motivo que levou Israel a ocupar os territórios foi sua sobrevivência, conseguida graças ao seu poderoso Exército (IDF). Porque, a depender de seus inimigos, já teria sido varrido do mapa desde os primeiros dias de seu nascimento como nação. Deixou também de

mencionar os enormes esforços que já foram feitos para se retirar dos territórios ocupados, em nome da política de paz por terras.

São vários os tópicos inaceitáveis da entrevista e que merecem ser mais bem discutidos. Entendo, portanto, que deverá ser cedido o mesmo espaço da revista para que haja oportunidade de se mostrar o outro lado do conflito árabe-israelense.

Rachel Feldmann

Apoio toda e qualquer forma de expressão visando o bem-estar comum. Por esse motivo, gosto muitíssimo do conteúdo da PÁGINA 22. Compactuo com a visão de mundo e estou engajado na questão. Por isso, fiquei, de certa forma, surpreso com a entrevista sobre o conflito Israel/Palestina, apenas por acreditar que sempre existem ao menos duas versões das mesmas histórias. É muito importante tratar assuntos sensíveis como esse com a devida sensibilidade. Ou seja, ao menos dando voz ativa para os dois lados se manifestarem. A mídia tem um poder de transformação e formação incomensurável. É muito perigoso estampar ideias e ideais individuais sem se dar conta de que seus impactos poderão causar ainda mais conflitos. Respeito a opinião da Sra. Arlene e acho imprescindível a manifestação do seu entendimento quanto ao conflito.

Ricardo Glass, economista

riglass@hotmail.com

RESPOSTA DA REDAÇÃO: A entrevista com Anita Novinski publicada à página 44 desta edição mostra visão diferente da apresentada por Arlene Clemesha na edição 27 e dá continuidade ao debate sobre a questão territorial na Faixa de Gaza.



Mora na filosofia

A água é um dos elementos que o filósofo australiano Peter Singer usa, em seu recente livro *The Life You Can Save*, para convencer cidadãos dos países ricos de que se pode acabar com a pobreza extrema no mundo. “Você tem uma garrafa d’água ou uma lata de refrigerante a seu lado enquanto lê?”, pergunta. “Se você paga por algo para beber quando água potável sai da sua torneira, então tem dinheiro para gastar com coisas de que realmente não precisa. Ao redor do mundo, um bilhão de pessoas lutam para viver cada dia com menos do que você pagou por essa bebida.”

Adepto do utilitarismo – corrente segundo a qual a moralidade de uma ação é determinada por seu impacto no bem-estar de todas as pessoas ou de todos os seres capazes

de sentir –, Singer é conhecido pelo livro *Animal Liberation*, considerado pedra fundamental do movimento pelos direitos dos animais. Mais recentemente embarcou em uma cruzada para “mudar a cultura da doação” e provar que, se todos fizerem um pouco, o resultado será positivo.

No livro, Singer discorre sobre os motivos que levam as pessoas a não doar dinheiro – o fato de que os beneficiados estão longe, a possibilidade de que o dinheiro seja desperdiçado e a ideia de que uma pequena ação não é suficiente para exterminar um mal tão grande. Segundo ele, todas questões psicológicas que não abalam o argumento moral para doar. No *website* www.thelifeyoucansave.com, ele pede que seus leitores façam doações de acordo com sua renda anual.

O senhor defende que as pessoas nos países desenvolvidos doem pelo menos 1% de sua renda a organizações que trabalham para acabar com a pobreza extrema no mundo. Por que doar dinheiro e não tempo ou esforços para melhorar a vida das pessoas? Esta é

uma questão relevante se falamos para os brasileiros, porque há brasileiros afluentes que vivem bem ao lado de pessoas que vivem na pobreza extrema. Mas, se estamos falando para os australianos ou os americanos, não é fácil de ver como eles poderiam doar tempo de maneira útil. Poderiam doar tempo para ajudar a recolher dinheiro, mas não acho que seria uma boa ideia que todos os australianos ou americanos voassem para algum lugar onde há pessoas vivendo na pobreza extrema. Não seria bom para o clima e provavelmente não seria muito efetivo. Dinheiro é apenas uma maneira pela qual podemos ajudar.

Assim como há pessoas afluentes no Brasil que vivem perto da pobreza, os australianos vivem perto de comunidades aborígenes muito pobres. É ético doar para organizações que ajudam os pobres ao redor do mundo quando há pessoas sofrendo tão perto?

Eu não conheço o Brasil bem o suficiente, mas todo mundo no Brasil tem acesso a serviços de saúde? Todo mundo no Brasil tem acesso a um mínimo de seguridade social? Todo mundo no Brasil tem a possibilidade de mandar suas crianças para a escola? Não nego que haja problemas com as comunidades tradicionais australianas, mas acho que são diferentes, não são problemas que serão solucionados se dermos mais dinheiro. Há coisas na Austrália que podem ser feitas que requerem mais dinheiro, como melhorar os serviços sociais, mas acho que se trata de problemas, de certa maneira, muito mais difíceis.

O sistema econômico atual depende de que as pessoas consumam mais do que precisam, mas, enquanto isso, outras passam fome. Há quem trabalhe para viabilizar alternativas a este sistema. Tal esforço é equivalente, em termos éticos, a doar dinheiro para organizações de caridade no sistema atual? Pode ser, se você acredita que há esperança de que isso ofereça uma solução para a pobreza no mundo. Eu acho que esses esforços são muito pequenos e não tenho certeza de que aceito a premissa por trás da sua pergunta, sobre o sistema que criou a desigualdade. Não tenho certeza de que a desigualdade foi criada por um sistema, talvez ela tenha sido exacerbada por vários tipos de sistemas econômicos e políticos. Mas acredito que há muitos fatores que influenciam, e acho que ninguém sabe realmente como mudar o sistema de forma a reduzir ou eliminar a pobreza no mundo. Mas se há esperança de que se pode fazer isso, então, claro, é um bom trabalho a se fazer.

O economista John K. Galbraith, no prefácio do livro *A Sociedade*

Afluente, escreveu que a pobreza é o estado “normal” do homem e que sociedades ricas são a exceção. Talvez por isso, boa parte dos economistas tende a focar na “criação de riqueza” em vez de na distribuição mais equitativa em economias mais pobres. Qual a sua visão? Se soubéssemos como distribuir riqueza de forma que todos tivessem o suficiente, isso seria uma coisa boa a se fazer, mas parece que o sistema econômico mais produtivo que conhecemos é baseado na distribuição desigual e as tentativas

para produzir uma distribuição mais equitativa não são muito bem-sucedidas em eliminar a pobreza. O que não quer dizer que não devam ser buscadas. Mas trata-se da diferença entre dizer “isso é algo que eu posso fazer para ajudar as pessoas que passam fome ou não têm acesso a serviços de saúde ou à educação”, em vez de dizer “talvez eu possa mudar o sistema de distribuição de forma que todos se beneficiem”. Isso é mais uma esperança do que um plano realista.

O importante são as consequências dos nossos atos, e quão rápido elas aconteçam? Não quão

rápido aconteçam, mas quão provável é que as consequências que queremos vão ocorrer.

Dar dinheiro a organizações de caridade é um ato individual. Tem o poder de mudar o estado de coisas – a pobreza crônica em algumas partes do mundo – provocado pela ação coletiva? Como? Um indivíduo pode fazer a diferença para uma família, ou para uma vila, dependendo de quanto dinheiro tem. Mas muitos indivíduos podem fazer a diferença para muitas vilas, e, se uma quantidade suficiente de indivíduos está comprometida em trabalhar para a mudança, acho que pode acontecer. Muitas coisas funcionam dessa maneira, pode haver movimentos que se concentram em mudar as coisas, mas a mudança também tem que ser aceita na esfera individual.

O senhor está satisfeito com a resposta, até agora, ao pedido para que as pessoas se comprometam a doar um percentual de suas rendas – por meio de um *website* (no dia da entrevista, cerca de 500 pessoas haviam se comprometido)? Uma vez que o *website* está funcionando há apenas três semanas e o livro só foi publicado na Austrália, sim, estou muito feliz. Mas, se dentro de um mês, quando o livro terá sido publicado nos Estados Unidos, este número não estiver nos milhares, não estarei tão feliz.

O senhor começa o livro dizendo que, se o leitor toma água engarrafada, paga por algo que não precisa, já que a água potável vem pela torneira. A água é um recurso comum compartilhado pelas sociedades em um mundo globalizado, assim como a atmosfera. Qual seria uma maneira justa de dividir tais recursos? Bem, a atmosfera é diferente, porque é um recurso global. A água no

Brasil é um recurso brasileiro e há água suficiente no Brasil, é uma questão de fazer a água potável chegar aos lugares certos, eu acho. Água é um tema que precisa ser enfrentado nacionalmente. Mas a atmosfera é um tema global e temos que trabalhar para produzir algo totalmente novo, um sistema que regule quanto da atmosfera cada nação pode usar quando emite gases de efeito estufa.

Como deve ser esse sistema? Países como o Brasil resistem em aceitar que devem cortar suas emissões... ...e com razão, uma vez que eles produzem muito menos gases de efeito estufa *per capita* do que os Estados Unidos ou a Austrália ou a Europa. O Brasil propôs o que considero o sistema certo, um sistema de partes *per capita* iguais, mas a proposta brasileira foi desviada para um inquérito e não sei o que ocorreu com ela [A proposta brasileira apresentada em 1997 durante as negociações que levaram ao Protocolo de Kyoto define metas de redução diferenciadas para cada país, de acordo com o impacto de suas emissões históricas no aumento da temperatura. A proposta foi encaminhada ao órgão assessor da Convenção do Clima para temas científicos, o SBSTA, que encerrou as discussões sobre o assunto em junho de 2008]. O princípio de partes *per capita* iguais é o correto, a chanceler (alemã) Angela Merkel disse que é o que precisamos fazer, ele tem conseguido alguma atenção dos líderes políticos.

Mas as chances de ser adotado parecem pequenas, pois colocaria os países ricos em uma situação difícil. Muito difícil. Talvez se dermos tempo suficiente a eles. Merkel falou em 2050, mas é fácil dizer, pois até lá ela não será mais chanceler. A questão é qual pode ser um princípio justo e, a longo prazo, este parece ser o candidato óbvio, da mesma forma que “uma pessoa, um voto”, é o candidato óbvio para resolver disputas sobre o poder político.

Quanto à água, alguns ativistas defendem que o acesso à água potável seja considerado um direito humano. Qual a sua opinião? Eu tendo a não discutir as coisas em termos de direitos humanos. É um direito humano ou não é um direito humano... o que isso quer dizer? Como alguém pode defender o que é um direito humano e o que não é? Obviamente acesso a água potável é algo muito importante que todas as pessoas deveriam ter, e nós devemos fazer o melhor para garantir que todos tenham. Mas não acho que se deva debater se é ou não um direito humano. O que se consegue com isso?

Algumas pessoas acreditam que isso dificultaria a exploração comercial dos recursos hídricos, como, por exemplo, o envasamento de água para vender às pessoas afluentes e obter lucro, enquanto

outras não têm o que beber. O fato de que alguém obtém lucro ao vender alguma coisa não significa que as pessoas não tenham os direitos humanos sobre isso, não é? Há o direito humano para tudo, o direito humano à educação, por exemplo, mas isso significa que se deve proibir que as pessoas estabeleçam escolas que buscam o lucro? Eu acho que não. Acho que se deve permitir, mas também acho que cada governo deve fazer o seu melhor para garantir que toda criança possa ir à escola, assim como todos os governos devem fazer seu melhor para garantir que todos tenham acesso à água potável. Não me importa se, além disso, outras pessoas ganhem dinheiro vendendo a água que eles dizem vir de algum lugar especial, ou algo parecido.

Com uma população de quase 7 bilhões de pessoas que consomem 30% mais recursos do que o planeta pode repor... ...isso é controverso, obviamente.

Por quê? Não é uma afirmação factual. O que quer dizer? Repor em que sentido?

Trata-se da Pegada Ecológica, que estima a área biologicamente produtiva necessária para regenerar os recursos consumidos pela população humana e absorver os dejetos produzidos. É muito difícil medir, não acredito que haja uma prova científica sobre o quanto a Terra pode suportar. Algumas vezes usamos um recurso até o fim, mas o substituímos por outro. Há 30 anos as pessoas diziam “vamos ficar sem cobre”. Passaram-se alguns anos e começamos a usar fibras óticas para fazer muitas das coisas para as quais usávamos o cobre, e não ficamos sem cobre.

A pergunta não era sobre a capacidade da Terra de repor recursos. Em um mundo com quase 7 bilhões de pessoas e um consumo considerável de recursos, é certo falar em controle de população? É algo que deveria ser discutido? Com certeza deveria ser discutido.

Não por causa do consumo de recursos, porém? Também por causa dos recursos. Não questiono que estamos causando muito dano à ecologia do planeta, apenas não vejo como especificar um número para isso. Mas certamente acho que devemos reduzir, e eventualmente estabilizar, o crescimento populacional.

Como fazer isso, uma vez que há resistência a até mesmo falar sobre o assunto em várias partes do mundo? Em alguns países há resistência, em outros, não. Suponho que no Brasil haja uma influência substancial da Igreja Católica, e isso é sempre um problema. Eu acho que é preciso falar sobre este assunto, e, se isso significa criticar a Igreja Católica pela posição que ela tem, então é isso

“ Parece que o sistema econômico mais produtivo que conhecemos é baseado na distribuição desigual ”

“ Acesso a água potável é algo que todos deveriam ter, precisamos garantir isso. E não debater se é ou não um direito humano ”

que você tem que fazer. Acho que a posição da Igreja Católica em relação à população é um escândalo. Não permitir o uso de camisinha nem mesmo para prevenir o HIV é quase um crime.

Mesmo onde a Igreja não é tão influente, pouco se ouve falar de controle da população. Na Austrália, o governo dá 5 mil dólares aos pais de cada criança nascida. Há debate suficiente hoje? Poderia haver mais. Havia muito nos anos 60, quando o tema foi até superexplorado. Alguns daqueles livros dramáticos como *Population Bomb*, de Paul Ehrlich, foram superpromovidos e, então, as pessoas disseram: “Oh, foi um erro”, e o assunto morreu. Acho que certamente é hora de ressuscitá-lo, e, nos países com crescimento rápido da população, é urgente que seja discutido.

Ambientalistas e ativistas sociais enfrentam um dilema em relação ao aumento da prosperidade das classes baixas e médias nos países em desenvolvimento. De um lado, isso é muito bom, mas teme-se que mais consumo agrave a crise ambiental com efeitos negativos para todos. Como vê o problema? Acho que é ótimo que as pessoas das classes mais baixas se tornem mais prósperas e sejam capazes de comprar as coisas de que elas e suas famílias precisam, mas nós temos que aprender a produzir estas coisas de maneira sustentável. É um problema em parte cultural – em termos do que as pessoas são incentivadas a pensar que precisam consumir – e em parte tecnológico – temos que desenvolver formas de produzir de modo sustentável algumas coisas que as pessoas vão querer.

O senhor escreveu que a globalização faz uma diferença importante para a nossa situação moral: não há mais justificativa para discriminação em termos geográficos. Alguns analistas temem que a atual crise econômica coloque a globalização em marcha a ré. Quais seriam as consequências? O risco real é que isso inviabilize mercados para os países em que as pessoas são muito pobres e cuja melhor chance de sair da pobreza é produzir coisas para exportação. Esse foi o caminho que tirou centenas de milhares de pessoas da pobreza na China e na Índia, por exemplo, e até certo ponto no Brasil. Então, se isso para, é questionável se as pessoas terão outros caminhos para escapar da pobreza. Talvez elas consigam, não estou certo disso, mas teríamos que encontrar novas maneiras de dar-lhes alguma chance de sair da pobreza.

Trata-se de preservar uma fórmula que já conhecemos? Sim, é isso, uma fórmula que tem seus problemas, sem dúvida, mas temos soluções melhores? Se tivermos soluções melhores, tudo bem.

O livre-mercado não existiria sem cooperação, mas alimenta-se de interesses egoístas. É possível dizer que os seres humanos têm

“ Viver de maneira ética é tentar minimizar o dano que você causa e maximizar os benefícios que produz ”

apenas uma essência verdadeira – são cooperativos ou egoístas?


Tais características não se excluem mutuamente, pode ser que a cooperação seja a melhor maneira de alcançarmos nossos interesses. Acho que somos tanto cooperativos como egoístas, evoluímos para ter ambas as tendências. Se não tivéssemos tido um certo interesse em nossa própria sobrevivência e naquela de nossos filhos, teríamos desaparecido ao longo da história evolutiva. Mas certamente temos tendências inatas a cooperar com aqueles que se dispõem a cooperar conosco.

Recentemente uma revista americana perguntou a uma série de intelectuais se “o mercado livre corrói o caráter moral”. Há uma resposta? A resposta é sim, pode corroer em algumas circunstâncias, mas não é inevitável.

Foi o que aconteceu com a recente *débâcle* financeira? Acho que o problema foi um sistema de incentivos que não combinava com um sistema de longo prazo, estável, benéfico. Você poderia dizer, sim, foi por causa dos incentivos oferecidos pelo mercado, mas não pode responsabilizar o mercado por criar interesses egoístas. Havia egoísmo muito antes que houvesse capitalismo.

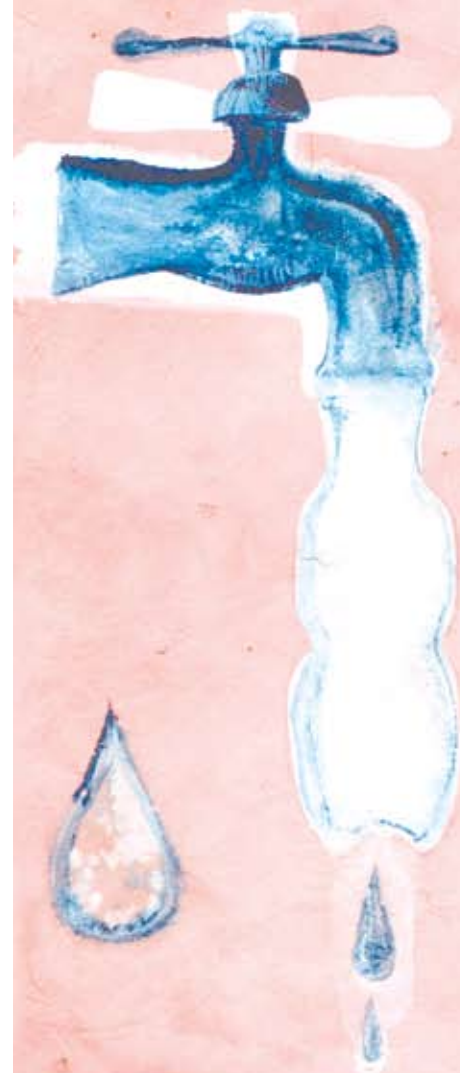
O senhor disse que um dos objetivos ao argumentar que as pessoas devem doar dinheiro é “demonstrar que os seres humanos podem ser movidos por argumentos morais”. Por quê? Se os seres humanos não pudessem ser movidos por argumentos morais, você teria menos esperança de efetivar a mudança. Teria de recorrer ao poder ou à coerção para tornar as coisas melhores. Se fosse assim, seríamos do jeito que somos, de maneira inata, não sujeitos a considerações morais – e, se isso se aplicasse a todos, seria difícil ter qualquer otimismo sobre o futuro do planeta.

A mudança cultural necessária em relação à questão climática é justamente apelar para questões morais? Por exemplo, pense nas futuras gerações. Exatamente, e é por isso que é realmente difícil. Porque você tem que pensar em um horizonte longo, tanto em termos do impacto que temos nas pessoas em outros países como no impacto que teremos nas pessoas que estarão aqui em 50 anos.

Nos dias de hoje – com uma superpopulação humana, que consume uma quantidade razoável de recursos, e a persistência da desigualdade no mundo – o que é levar uma vida ética? É refletir no impacto do modo de vida que você leva sobre o resto do mundo – seres sensíveis em todo o mundo – e tentar viver de maneira que minimize o dano que você causa e maximize os benefícios que produz. 

Mineral irracional

Em países onde a água encanada é própria para o consumo, o sucesso é a alternativa engarrafada. Em seu rastro vem o alto consumo energético, a poluição e o paradoxo de exportar água de onde os nativos padecem de sede



A água que sai das torneiras dos americanos é quase sempre potável, agradável e barata. No entanto, eles gastam US\$ 12,5 bilhões anuais em água mineral – a um custo superior ao da gasolina.

Os EUA consomem mais água mineral – um produto virtualmente inexistente no início dos anos 70 – do que leite, café ou cerveja. Analistas desse mercado avaliam até mesmo que suas vendas vão ultrapassar, nos próximos anos, as das colas e outros refrigerantes.

Por trás dessa decisão de compra está um misto de conveniência, esnobismo e excesso de zelo. O boom das águas engarrafadas é a prova definitiva de que os bambas do marketing conseguem mesmo vender gelo para esquimós. Uma bebida de luxo para quem poderia obter a genérica quase de graça.

Essa tendência tem gerado críticas cada vez mais acirradas por parte dos ativistas ambientais. “As empresas não deveriam cobrar por um direito essencial”, diz Gigi Kellett, diretora da Corporate Accountability International, ONG que lidera a luta contra essa indústria. “Mas, já que cobram, deveriam pelo menos informar que estão cobrando 1.000% a mais por uma água que vem da torneira.” O comentário se deve ao fato de que muitas companhias industrializam água encanada – embora outras extraíam suas águas de nascentes remotas e intocadas. A Pepsi, por exemplo, admitiu em 2007 que a sua marca Aquafina, líder de mercado nos EUA, emprega água proveniente de reservatórios públicos. A vice-líder, Dasani, produzida pela Coca-Cola, tem a mesma origem.

Um estudo realizado pela Universidade de Genebra e promovido pelo WWF em 2001 indicou que **águas industrializadas não são necessariamente mais seguras ou saudáveis, porque a água distribuída pela rede pública sofreria uma fiscalização mais rígida** que o controle exercido sobre o produto engarrafado.

As críticas à água industrializada também ressaltam o seu alto consumo energético, as emissões de poluentes associadas ao seu transporte, o lixo proveniente do descarte das embalagens, os riscos de se privatizar a água e o paradoxo de exportar águas de qualidade, enquanto as populações locais não têm acesso à água potável.


Uma das marcas mais badaladas dos

Estados Unidos, a Fiji, ilustra bem esses problemas. Seu produto vem do Pacífico Sul, a um ritmo de um milhão de garrafas por dia, e viaja mais de 3 mil quilômetros até o ponto de venda. Mata a sede dos americanos, enquanto metade da população das Ilhas Fiji não dispõe de água potável. Tanto que, em 2007, uma das ilhas registrou diversos casos de febre tifoide. Além disso, a fábrica emprega três geradores a diesel, porque precisa de energia que o arquipélago não consegue fornecer.

As empresas contra-argumentam, primeiro, que injetam dinheiro nas economias das áreas de onde extraem a água e que muitas vezes, como no caso de Fiji, investem do próprio bolso para aprimorar o saneamento local. Dizem, também, que a água mineral é uma boa alternativa aos refrigerantes e que nem todos os mercados dispõem de água encanada de qualidade – como é o caso do brasileiro.

Mesmo assim, os ambientalistas reuniram argumentos sólidos o bastante para que sua campanha acumulasse vitórias no Hemisfério Norte. Governos estaduais e locais, como os das cidades americanas de Los Angeles e San Francisco, estão vetando a compra da bebida. Também tem crescido o número de restaurantes, escolas e grupos religiosos que declaram publicamente que decidiram rejeitar a água mineral. É o caso da Igreja Unida do Canadá, que resolveu boicotá-la por razões morais e prega a seus quase 600 mil membros que sigam o seu exemplo. O mesmo se passou nas escolas de Berkeley, na Califórnia, que já não oferecem água engarrafada em seus refeitórios.

Movimento semelhante pode ser observado em várias partes da Europa. O governo britânico decidiu banir a água mineral de suas reuniões. O prefeito Bertrand Delanoë serve água encanada em eventos promovidos na capital mundial da gastronomia, Paris. A cidade também distribuiu milhares de garrafas, desenhadas pelo estilista Pierre Cardin, para estimular os parisienses a carregarem consigo água de torneira.

Para convencer as massas, a Corporate Accountability International e outras ONGs têm promovido degustações “às escuras” – o consumidor é convidado a experimentar a água de vários copos, tentando adivinhar qual é mineral. Poucos acertam. 

água

ainda com divisores

O último encontro internacional sobre o tema expôs o **desafio de gerir uma crise sob profundos rachos políticos**. No debate, também faltou reforçar as pontes entre florestas e recursos hídricos

POR Amália Safatle, de Istambul

“S

u *gibi aziz ol*”, ou “Seja glorioso como a água”, é uma das preces frequentemente ouvidas na Turquia. Não só ela. Disse o ministro do Meio Ambiente do país que, ao se fechar os olhos em Istambul, o primeiro som que se ouve é o da própria água. No Estreito de Bósforo, ela separa – ou une – as civilizações oriental e ocidental. Evapora nas salas de banho turco, escorre em cada fonte espalhada na cidade histórica, lava e prepara os rituais religiosos nas mesquitas.

Contornada por quatro mares, o Mediterrâneo, o Negro, o Egeu e o de Marmara, a Turquia lida com a amarga contradição da escassez de água doce. Lugar apropriado para se discutir uma das maiores crises da humanidade. Ao sediar a quinta rodada do Fórum Mundial da Água, na Turquia ouviu-se também que não vivemos exatamente uma crise de água, mas de gestão.



Mais uma vez, o discurso da soberania pontua a posição do governo brasileiro sobre questões ambientais e de direito

Que vem de longuíssima data, mas, como se sabe, é exponencialmente acelerada pelo modo de vida dos tempos modernos. A História conta que Mesopotâmia, Egito, Grécia, Roma – os maiores berços da Humanidade – desde os primórdios viram-se às voltas com a necessidade de administrar uso e disponibilidade, em um milenar exercício de adaptação às condições ambientais (leia quadros sobre adaptação climática às págs. 19 e 21). Na Turquia, ruínas de construções hidráulicas datam desde o segundo milênio antes de Cristo, a começar do chamado período hitita – são represas, aquedutos e cisternas buscando temperar a oferta de água de uma região seca com o florescimento populacional.

De lá para cá, o índice demográfico só fez explodir, a afluência, aumentar, e a capacidade humana de poluir água e solo com todo tipo de resíduo, atingir enormes proporções, enquanto o ciclo hidrológico faz a sua viagem de sempre, em um sistema fechado no planeta. Mesma oferta para demandas e pressões desproporcionais, acentuadas pelas mudanças climáticas.

A reunião de mais de 20 mil pessoas de 182 países no fórum promovido pelo Conselho Mundial da Água e a divulgação do terceiro relatório das águas pelas Nações Unidas fizeram ecoar informações alarmantes. [1]

TOME NOTA

1 Lançado no Fórum, o relatório *Water in a Changing World* está disponível em <http://webworld.unesco.org/water/wwap/wwdr/wwdr3/index.shtml>

Nunca é demais registrar: mantidas as atuais condições, dois terços da população mundial enfrentarão dificuldade de acesso ou escassez d'água em 2025. Com 80 milhões de nascimentos por ano, a demanda anual por água cresce à razão de 64 bilhões de metros cúbicos. Para produzir alimento suficiente para o consumo diário de uma pessoa, são necessários de 2 mil a 5 mil litros de água, segundo a FAO. A prospecção de água potável triplicou nos últimos 50 anos, enquanto dobrou o número de áreas irrigadas. Ao mesmo tempo, problemas sanitários causam 4,2 mil mortes de crianças por dia, e somente no ano de 2008 houve 321 desastres ambientais relacionados à água e ao clima, como enchentes e furacões, matando 235.816 pessoas, afetando 221 milhões de outras e custando US\$ 181 bilhões.

São números que, somados a uma reflexão em maior profundidade, nos pegam de maneira tão fundamental. Formados essencialmente por água e carbono, personificamos, em toda nossa intimidade, os grandes desafios globais da água e do clima.

O encontro, intitulado “Superando Divisores de Água”, teve como mote a água em um mundo em transformações críticas e agudas, não só a climática, mas de segurança alimentar, de energia e de finanças. Mostrou o peso da economia real depois que

ruíram os castelos dos ganhos virtuais no mercado financeiro. Provou que, se há um elemento transversal às grandes questões da sustentabilidade, este é a água, fio condutor entre os campos da saúde, da economia, dos negócios, da educação, do meio ambiente, da tecnologia – e sobretudo da política.

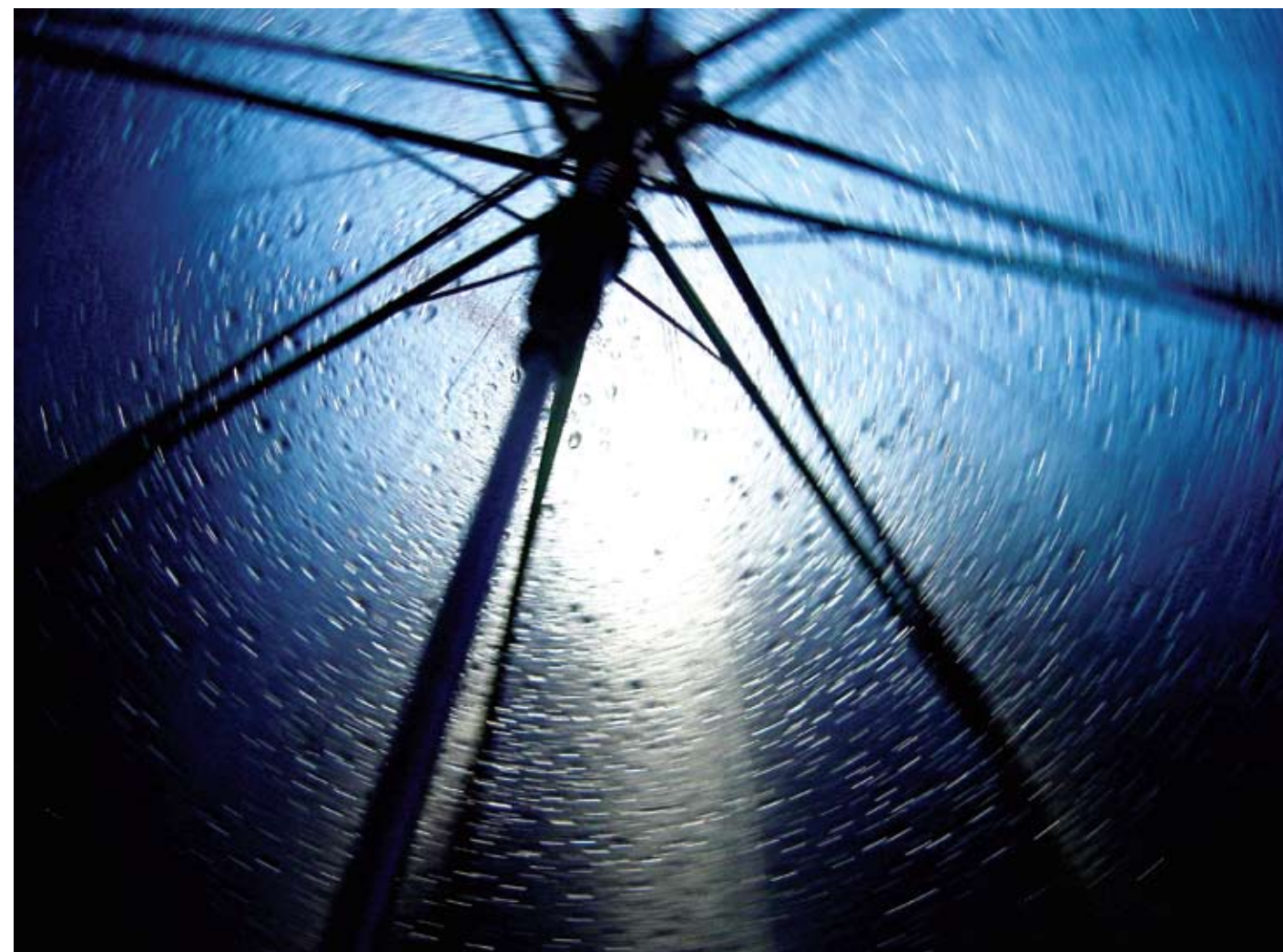
Mas, com presença em peso de prefeitos, parlamentares, ministros e chefes de Estado dos mais diversos países, as salas e os auditórios do Fórum estiveram plenos de discursos invariavelmente vazios, e inflados pela atmosfera política do período pré-eleitoral na Turquia. Enquanto isso, nas antessalas e nos corredores corria a discussão sobre o direito humano à água

potável e ao saneamento, estratégica para se cobrar dos governos medidas concretas de gestão e investimentos para atender à população. Esta era justamente a principal bandeira de movimentos sociais, organizados fora do complexo do evento, em um espaço alternativo, o **People's Water Forum**, e na internet, por meio do <http://alternatifsuforumu.org/en/>.

Mas no fechamento do Fórum, em pleno Dia Mundial da Água, a mensagem final foi de que o acesso ao bem é uma “necessidade básica”, e não um “direito humano básico”, expressão que países como Holanda, Espanha e Alemanha quiseram incluir na declaração. A inclusão foi bloqueada por representantes das delegações turca, americana, egípcia, francesa – e brasileira.

A decisão causou furor. Em comunicado ao Fórum, D'Escoto Brockmann afirmou que a água é um assunto importante demais para que não se exija dos governos uma prestação de contas. Ativistas e parlamentares de mais de 70 países

HIPERLINK: o encontro contou com a participação de Maude Barlow [entrevistada na edição 24 de Página 22], assessora de Miguel D'Escoto Brockmann, presidente da Assembleia-Geral da ONU, além de ministros e ativistas de diversos países



Verdade cristalina

A ÁGUA PERMEIA TODA A QUESTÃO DA ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

Adaptação às mudanças climáticas significa adaptação à água. O recado é bem claro no estudo *Don't Stick Your Head in the Sand!*, produzido por um consórcio formado pelo Conselho Mundial da Água, IUCN, Co-operative Programme on Water and Climate e International Water Association. Isto porque a água (ou a falta dela) media todas as vulnerabilidades ligadas ao clima, como secas severas, evaporação excessiva, derretimento de geleiras, aumento do nível do mar, tempestades, furacões e inundações.

Considerando-se que o aquecimento global é um fenômeno dado – ainda que as emissões de carbono fossem reduzidas a zero, a temperatura global se elevará –, é preciso lançar estratégias de adaptação aos novos cenários, sem, é claro, deixar de buscar a mitigação para evitar maiores danos. Ainda em consolidação, um estudo do Catalyst Project – iniciativa da Climate Works Foundation desenhada para dar suporte a governos e negociadores de tratados do clima – estima que o custo anual de adaptação para países em desenvolvimento será de 5 bilhões a 10 bilhões de euros em 2020 e deve subir para 12 bilhões a 29 bilhões de euros de 2030 em diante.

criticaram a falta de transparência do evento e evocaram que uma discussão desse porte passe a ser conduzida pela Organização das Nações Unidas, e não pelo Conselho Mundial da Água, instituição privada sediada em Marselha, na França, que promove o fórum a cada três anos, desde 1997.

Se no caso da França a existência de fortes grupos privados da água teria influenciado a posição adotada, no do Brasil o argumento apresentado pelo Ministério das Relações Exteriores foi o da soberania – que tem orientado a política oficial brasileira em relação a temas como florestas e clima, e servido para rejeitar compromissos a metas de redução de emissão de carbono. Em nota, o MRE divulgou: “T tecnicamente, a adesão poderia abrir caminho para que outros países se manifestassem sobre a forma como o País controla o uso da água”.

A forte carga política que marcou a reunião pode encontrar explicação em uma afirmação de Benedito Braga, vice-presidente do Conselho Mundial da Água e diretor da Agência Nacional de Águas (ANA). Para ele, a importância do tema vai além da do petróleo, se se considerar que na falta do insumo energético há alternativas, como os biocombustíveis, mas para a água não há substitutos.

Como escreve a socióloga e jornalista Maristela Bernardo em *Análise*, à página 33, com 12% da água potável do mundo – e ainda nesse cenário geopolítico tão estratégico –, o Brasil deveria ser uma potência na gestão das águas. O arcabouço legal em vigor, instituído há 12 anos pela Lei das Águas, a 9.433/97, é moderno e prevê uma gestão avançada, ao descentralizar o poder por meio da participação de uma multiplicidade de atores – governo

gerir bem as florestas é gerir bem as águas – dois fatores que a comunidade científica cada vez mais inter-relaciona

federal, estados, sociedade civil, iniciativa privada –, ao mesmo tempo que concebe os recursos hídricos de forma integrada e não fragmentada, para além de delimitações físicas de estados e municípios, e prevê instrumentos inteligentes de gestão, como a cobrança de água para os grandes usuários e poluidores (*reportagem à pág. 28*).

Mas o problema é anterior, identifica Maristela: o de que a água ainda não virou elemento estratégico na agenda federal, assim como o meio ambiente. Não por acaso o Brasil é pródigo em água, na comparação mundial – o que não deve ser confundido com o mito da abundância, usado como desculpa para o desperdício e a má gestão (*leia quadro abaixo*). Se nos domínios do território brasileiro há um ciclo hidrológico relativamente generoso, muito se deveria às florestas e demais ecossistemas, que mantêm condições climáticas em equilíbrio, retêm umidade e favorecem a formação das chuvas.

O Brasil das águas seria o Brasil das florestas, e portanto geri-las bem é gerir bem as águas – dois fatores que a academia científica cada vez mais considera que estão juntos (*leia quadro “Atrás de Rios Voadores”*), ainda que reste um ceticismo a respeito. Embora o Fórum tenha o tempo todo relacionado o agravamento da oferta de recursos hídricos e os desastres ligados à água com

o aquecimento global – buscando lançar uma ponte com a 15ª Conferência das Partes sobre Mudança Climática (COP 15) em Copenhague em dezembro deste ano –, as florestas foram um tema apagado nas discussões, e o Brasil novamente perdeu a oportunidade de se colocar como um protagonista global associando água, conservação ambiental e clima.

A impressão é a de que florestas são um assunto tão incômodo para o governo brasileiro – remete à fragilidade administrativa no combate aos desmatamentos e queimadas, levanta o assunto das metas de redução de emissão e desperta receios sobre a soberania na Amazônia – que convém deixá-lo embaixo do tapete em encontros mundiais como este.

Um dos que se revelaram céticos sobre a relação entre clima e floresta foi justamente Braga, do Conselho Mundial da Água e da ANA. Ele afirmou que não há provas dessa relação e que as chuvas são fundamentalmente formadas nos oceanos. Até mesmo do efeito da ação do homem sobre o aquecimento global ele duvida. “Quantidade não é qualidade”, disse a respeito dos cientistas que formam o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), autores dos relatórios que praticamente comprovam a ação antrópica sobre o clima. “Mais do que científica, o IPCC é uma instituição política”, afirmou. Dito isso, Braga considera

Água no Brasil POR QUE A ABUNDÂNCIA É UM MITO

Juntas, as bacias do rios Amazonas, São Francisco e Paraná contêm o maior volume de água doce do mundo. Mas, exceto em algumas regiões, como a Amazônica, a do Paraguai e a do Tocantins-Araguaia, os principais rios brasileiros apresentam índices críticos, muito críticos ou preocupantes, segundo a classificação da Agência Nacional de Águas no quesito demanda versus disponibilidade de água. Em 2007, foi decretada situação de emergência devido à estiagem e à seca em 788 municípios, e em consequência de enchentes, inundações e alagamentos em 176 outros. Os dados são do último relatório da agência.

Enquanto isso, um estudo da Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (Fusp) aponta que o maior centro

urbano do País sofre risco iminente de colapso no abastecimento de água, se não for reduzido o consumo e elevada a oferta. Em maio de 2007, PÁGINA 22 publicou a reportagem “Sampa tem sede de quê?”, que já avisava sobre a crise de água na Região Metropolitana de São Paulo (*confira em www.pagina22.com.br*).

E, ainda que o Brasil esteja mais confortável diante da situação de países como a China, a água “exportada” na forma de alimentos pode mudar esse quadro. É o que se chama de água virtual. Ela nasce localmente, mas é transferida para outros lugares pelo comércio globalizado. Em troca, nações exportadoras como Brasil “internalizam” os problemas de outros países, como a escassez de água e a sua contaminação

por agrotóxicos nas práticas agrícolas não sustentáveis.

A rede de organizações Water Footprint Network (www.waterfootprint.org) está de olho na água virtual e na pegada ecológica de água de países e empresas. O leitor pode calcular a sua clicando em WaterFootprintCalculator. Segundo o 3º Relatório das Nações Unidas, a pegada média global é de 1.240 metros cúbicos por ano per capita. A americana é de 2.480 e a chinesa, de 700. Determinam a pegada de um país o volume de consumo, o tipo de produto consumido (por exemplo, a produção de 1 quilo de carne bovina requer até 4 mil litros de água), o clima e as práticas agrícolas, como a eficiência no uso da irrigação.

Cinema, turismo e cabras EXPERIÊNCIAS NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO

Adaptar-se não necessariamente requer investimentos bilionários. Um caso clássico de adaptação no Semi-Árido brasileiro deu-se em Cabaceiras (PB). A cidade com o menor índice pluviométrico do País tenta moldar-se à seca, buscando outras vocações econômicas. Por exemplo, a do turismo – além de exibir atrações arqueológicas, a cidade garante tempo bom para o turista ávido por sol, como aquele que vem de países nórdicos – e a cinematográfica. Aproveitando o cenário natural do casario histórico, o ex-prefeito Arnaldo Júnior Farias Doso criou um pólo de produção de cinema, e uma série de filmes, como *Cinema, Aspirinas e Urubus*

O Auto da Compadecida, foi locada lá. Com a vantagem de praticamente não haver chuva para atrasar as filmagens.

Tentativas como essa, de imprimir um outro tipo de desenvolvimento na região do Semi-Árido, adaptadas às condições climáticas, têm sido objeto de estudo de Oswaldo Gonçalves Junior, doutorando em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo. Em vez de grandes obras, como a da transposição do Rio São Francisco, com alto custo e resultado discutível, há uma miríade de alternativas inteligentes e mais acessíveis. Como a de incentivar a criação de cabras e ovelhas, que consomem

menos e produzem mais do que as vacas, no contexto do Semi-Árido.

Para isso, englobando mudanças culturais – a criação de gado é arraigada na cultura sertaneja – Gonçalves ressalta a necessidade de forjar a construção de um mercado, por meio de políticas públicas. O leite de cabra, por exemplo, tem sido usado no programa Fome Zero. “Os mercados são construções sociais que podem envolver inclusão e uma atuação mais presente do Estado”, acredita. E nessa construção, especialmente em se tratando do Semi-Árido, a variável climática ganha um peso cada vez maior.

que o aquecimento global pode até ser um problema para alguns países, como a Holanda, mas não deve constar das preocupações prioritárias no Brasil quando o assunto é água.

Na mesma linha, o diretor-presidente da ANA, José Machado, afirmou que mudança climática é uma questão importante, e está no centro das atenções especialmente de países do Caribe e da América Central, devido à sua vulnerabilidade a desastres climáticos. “Mas o que mais preocupa no Brasil é a necessidade de enraizar a gestão e o planejamento. Se resolvermos estes problemas, estaremos mais preparados para equacionar o resto”, disse, referindo-se à necessidade de fortalecer os comitês de bacia.

Outra visão particular de Benedito Braga é de que a tecnologia é a grande arma para adaptar-se ao novo cenário dos recursos hídricos. Ao contrário de Thomas Malthus, que teria errado nas previsões de falta de alimentos para uma população crescente por desconsiderar o componente tecnológico, ele acredita que a ciência e a tecnologia encontrarão as respostas para as crises da humanidade.

Banheiro feminino

De fato, os painéis sobre adaptação a situações de escassez de água repetiram à exaustão a palavra tecnologia – para dessalinizar água do mar, para retirá-la do subsolo, para transportá-la de um lugar a outro, para armazenar, para reutilizar, para monitorar ciclos hidrológicos. Nos estandes da exposição que integrava o Fórum, empresas apresentavam ferramentas tecnológicas das mais variadas e sofisticadas, as que movimentam um interessante “mercado da seca”. Mas pouco se falou, por exemplo, sobre hábitos de consumo.

Coincidentemente, enquanto os painéis sobre adaptação se realizavam nos auditórios, e enfatizavam os cenários de escassez



As soluções tecnológicas movimentam um "mercado da seca", enquanto pouco se fala sobre os hábitos de consumo

d'água no mundo e na Turquia, uma das descargas disparadas no banheiro feminino jorrava água por horas seguidas. Jorrava por um dia inteiro. Mas não parecia afligir as usuárias pertencentes às delegações, retocando o batom em frente ao espelho. Até que, depois de um apelo da reportagem à manutenção do evento, a descarga foi consertada.

O enfoque muito tecnológico dado à discussão sobre recursos hídricos foi alvo de críticas pela International Union for the Conservation of Nature (IUCN), uma rede formada por mais de mil organizações governamentais e não-governamentais. “Nós não queremos uma agenda técnica”, declarou a diretora-geral Julia Marton-Lefèvre, ao defender que os seres humanos prestem mais atenção ao ambiente se quiserem resolver esta crise. E que deixem a natureza cumprir o seu papel prestador de serviços pela conservação da água.

“Em tempo de crise econômica, a IUCN conclama os líderes empresariais e governamentais a investir na natureza como o melhor caminho para um futuro econômico saudável. Se investirmos no ambiente natural, teremos benefícios incontáveis e um mundo melhor para as futuras gerações.”

Nas discussões temáticas sobre finanças, organizadas no

Fórum pelo Banco Mundial, especialistas ressaltaram o caráter estratégico do investimento em água: a estimativa é de que cada US\$ 1 investido em água e saneamento reverte em US\$ 8 na forma de lucro, saúde, produtividade e empregos ligados à infraestrutura. Hoje os investimentos relacionados a água somam de US\$ 400 bilhões a US\$ 500 bilhões anuais, mas teme-se que diminuam diante da crise mundial.

A questão é como fazer da natureza uma aliada nesse investimento, considerando-se que os ecossistemas prestam gratuitamente serviços como “produção” de água potável e reduzem significativamente riscos de desastres como enchentes, erosões, desmoronamentos e assoreamentos – além de conservar a biodiversidade, realimentar os aquíferos subterrâneos (como o Guarani), equilibrar o microclima e mitigar o aquecimento global. **Que parceiro melhor nesses momentos de crise do que aquele que presta serviços gratuitamente, e ainda de forma exímia?**

“Não existe água sem floresta, não existe floresta sem água e não existe sociedade sem água e sem floresta” é o mote do programa “Água das Florestas”, desenvolvido pela SOS Mata Atlântica – e apresentado no Fórum em pequena sala do estande do Brasil, numa das poucas discussões sobre Pagamento por

Serviços Ambientais (mais sobre PSA em reportagens à pág. 34). O programa é destinado a recompor as matas ciliares de propriedades rurais nas microbacias geridas pelos comitês do Alto Tietê, Médio Tietê e Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ). Recebe recursos do Instituto Coca-Cola, como parte de um plano da empresa para reduzir seu impacto ambiental, “devolvendo” para a natureza toda a água que retira para a produção.

Desde 2007, foram aplicados R\$ 1,5 milhão e a meta é plantar 3 milhões de mudas em cinco anos, recuperando 3 mil hectares. Mas, mais que isso, explica Malu Ribeiro, coordenadora da Rede das Águas, o objetivo é atuar como um laboratório replicável a outras bacias e biomas e atender a uma antiga questão: medir quanto de fato a Mata Atlântica produz de água, e também o quanto retém em aquíferos e sequestra de carbono.

Beto Borges, diretor do programa de comunidades e mercados

da Forest Trends, organização não-governamental que trabalha com a abordagem de pagamento por serviços ambientais, cita o México, o Equador e a Costa Rica como os países que reúnem as mais bem-sucedidas experiências de pagamentos por serviços hídricos [2]. Entre 1º e 4 de abril, a Forest Trends realizou em Cuiabá um encontro sobre PSA, onde relatou experiências de agricultores para manter a qualidade de água na Baía de Chesapeake, o maior estuário do Estados Unidos, além do case da Electric Power Resource no Vale do Rio Ohio.

TOME NOTA

2 Segundo Beto Borges, um clássico exemplo de sucesso é o da empresa Perrier Vittel, descrito em: www.katoombagroup.org/ffkatoomba/documents/tools/TheVittelpaymentsforecosystemservices.pdf


No Brasil, mais especificamente na Amazônia, Borges entende que os pagamentos por serviços hídricos podem reforçar os esquemas de remuneração por emissões de carbono evitadas de desmatamento, melhorando os custos de oportunidade e constituindo um diferencial-chave para a Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação (Redd) – mecanismo financeiro que promete mobilizar as discussões na COP 15 na costura de um tratado pós-Kyoto.

Enquanto isso, brotam iniciativas internacionais, que buscam envolver os líderes empresariais e estimular a parceria com outros atores da sociedade para encontrar soluções para a gestão da água e do saneamento básico.

Uma delas é o The CEO Water Mandate, lançada pelo Global Compact, um programa das Nações Unidas, em parceria com o Pacific Institute e o WWF (www.unglobalcompact.org). Até o momento, nenhuma empresa brasileira havia aderido à iniciativa.

Água certificada

Outro programa inovador é o da Alliance for Water Stewardship, capitaneado por Matthew Wenban-Smith, que pretende construir ferramentas que auxiliem na gestão dos recursos hídricos. Para isso, a ideia é lançar – em um prazo ainda indeterminado – um conjunto de critérios e de normas de gestão, aplicáveis pelo setor privado e passíveis de verificação. “Em alguns casos, isso poderá inclusive reduzir os gastos das empresas com água, além de ajudá-las a gerir seus relacionamentos com atores locais, construir uma reputação e dar suporte à ‘licença social para operar’”. Em suma, deve auxiliar as empresas a gerir os riscos físicos, reputacionais e estatutários relacionados à água.

Smith explica que não se trata de um programa de certificação em si, mas os critérios de conduta poderão ser usados por entidades certificadoras. Embora a certificação de água difira muito da florestal, o Forest Stewardship Council (FSC) foi a principal inspiração, diz ele. Em razão da íntima relação com florestas e agricultura, ele vê possibilidade de reconhecer critérios em comum no cuidado com a água. “Dado o longo ciclo de vida dos investimentos do setor privado, as companhias precisam de um plano para enfrentar a mudança climática, e entender a água nesse contexto”, afirma. Ou seja, construir as pontes. 

➤ Atrás de rios voadores

ELES PODEM TER ATÉ 3.200 METROS CÚBICOS DE ÁGUA, 27 VEZES A VAZÃO DO TIETÊ

Um avião-laboratório construído para ir atrás de nuvens, capturar gotas d'água e guardá-las em tubos de ensaio para pesquisa percorreu 1.160 pontos do mapa brasileiro em 12 vôos de 2007 até agora. O piloto e chefe da expedição, Gérard Moss, apoiado por uma equipe científica de peso, constatou que pelo menos metade da umidade que chega aos brasileiros vem da Amazônia, influenciando as chuvas do Sul e Sudeste do País. Atrás dos Rios Voadores – nome que batiza o fenômeno dos ventos amazônicos passeando pelos céus e também esta expedição – Moss revelou a aventura de perseguir uma massa de ar de Belém até São Paulo no momento em que alertava para a urgência

de manter a Floresta Amazônica preservada.

Enquanto cabe a ele coletar vapores durante os vôos, cientistas em terra – entre os quais Eneas Salati, José Marengo, Antonio Nobre, Pedro Leite da Silva Dias – estão analisando a importância do transporte de umidade de um rio voador, trabalho pioneiro no mundo, patrocinado pela Petrobras.

Entre os dados preliminares dessas análises, observou-se que um rio voador pode ter até 3.200 metros cúbicos de água, 27 vezes a vazão do Rio Tietê, com a diferença que o voador dura um dia e vira chuva. Verificando o trajeto do vapor de água, os cientistas atestaram que, nos dias com maior potencial para

chuva, grande parte da umidade veio da Amazônia e que um dos “serviços” cruciais da floresta é quando as árvores retiram umidade do solo e a levam para a atmosfera, regulando o abastecimento de vapor de água.

A maior floresta tropical úmida do mundo também absorve 40% da energia solar na região, regulando seu microclima. “A floresta é uma bomba hidrológica e o desmatamento quebra todo esse equilíbrio”, diz Moss. Outras gotas d'água coletadas por ele ainda serão analisadas e a expectativa é que as informações mostrem até que ponto o desmatamento da Região Amazônica poderá afetar o clima no restante do País.

– por Ana Cristina D'Angelo



Um plano austral

Um dos lugares afetados mais cedo pela mudança climática no mundo, o **estado de Western Australia** lança mão de **dessalinização, reciclagem e redução no consumo** para se adaptar à menor disponibilidade de água

POR Flavia Pardini, de Perth # FOTOS Bruno Bernardi



No começo, não havia nada: pessoas, árvores ou pássaros. O espírito ancestral que vivia no céu veio à terra e criou lugares sagrados, mas ainda assim não havia nada, pois não havia água. A serpente da água estava presa em uma montanha e, por mais que o espírito chamasse, ela não podia ouvir. Ele então soltou um trovão que rachou a montanha e liberou a magnífica serpente. Por onde andou, deixou rios, piscinas intermitentes, e permitiu que a vida florescesse. De volta às profundezas da terra, ela ainda hoje se revela, na forma de um arco-íris que se move na água e durante as chuvas, moldando paisagens, às vezes engolindo e afogando pessoas, outras dando força aos que têm poderes de fazer chover. Controla o bem mais precioso para a vida – a água.

Contos como o da serpente arco-íris fazem parte do *Sonho*, histórias sobre a criação usadas nas culturas aborígenes para transmitir conhecimento, valores culturais e crenças que garantiram a sobrevivência de diversos povos por mais de 40 mil anos no seco continente australiano. Duzentos e vinte e um anos depois que os europeus se instalaram na **Austrália**, as mudanças climáticas, e principalmente seus impactos na disponibilidade de água, reforçam a necessidade de se adaptar.

Esses impactos são especialmente visíveis no estado de Western Australia (WA), que ocupa o terço ocidental do continente australiano, onde a redução da precipitação e o aumento das temperaturas nas últimas décadas anunciam um futuro desafiador. Ainda mais diante do crescimento da população – 2,9% em 12 meses até setembro de 2008 –, graças ao *boom* econômico alimentado pelo setor mineral e suas exportações para a Ásia.

“O sudoeste de WA foi um dos lugares afetados mais cedo pela mudança climática no mundo”, diz Don McFarlane, coordenador do programa Água para um País Saudável, da CSIRO, agência científica nacional da Austrália. Em queda desde os anos 70, a precipitação na região de Perth, capital do estado, diminuiu 12% nos últimos sete anos em comparação à média de 1980 a 1990 e tirou do radar a principal fonte de água da cidade, as represas alimentadas por rios e pela chuva. Além de mais seco, o estado ficou mais quente – as temperaturas médias subiram 0,8 grau desde 1910 [1].

TOME NOTA

1 A Indian Ocean Climate Initiative tem dados sobre as mudanças no clima de Western Australia: <http://www.ioci.org.au/what/index.html>

Sem mitos nem histórias para moldar o comportamento de uma população crescente, as autoridades optaram por investir na diversidade. A ideia, segundo um plano estratégico para os próximos 50 anos da Water Corporation, empresa que serve a capital, é agir para garantir novas fontes, a reciclagem de água e a redução do consumo de forma a não depender de apenas uma das opções e, assim, reduzir a vulnerabilidade da região.

Perth tem alguma folga para se adaptar, graças ao fato de que

A estratégia foi

investir na diversidade para reduzir a vulnerabilidade da região

repousa sobre grandes reservatórios subterrâneos. Para evitar a superexploração desses aquíferos, a cidade optou pela dessalinização – não sem antes embarcar em polêmicas públicas sobre projetos para trazer água da região de Kimberley, a cerca de 2 mil quilômetros ao norte, e do aquífero Yarragadee, ao sul da capital. Ambos acabaram engavetados. E, em novembro de 2006, foi inaugurada em Kwinana, distrito industrial da capital, a maior planta de dessalinização do Hemisfério Sul, que produz pelo método de **osmose revertida** 17% da água potável consumida em Perth. Outros 20% virão de uma segunda usina, com início de operação previsto para 2011.

O apelo do processo de tornar a água do mar potável é o fato de que ele independe do clima: chova ou faça sol é sempre possível “produzir” água. As fontes de superfície e subterrâneas, ao contrário, dependem da chuva para manter seus níveis. De outro lado, o consumo de energia pela dessalinização é alto e os rejeitos são despejados de volta no oceano, com efeitos sobre a vida marinha. A planta de Kwinana, dizem as autoridades, usa energia eólica e possui avançado sistema de efluentes. Os ambientalistas contestam os argumentos, mas as previsões de que o início das operações causaria um desastre marinho não se concretizaram.

“Chegamos ao limite com a água subterrânea, por isso fomos para a dessalinização”, diz Jim Gill, que foi CEO da Water Corporation por 12 anos até se aposentar, em 2008. “Não há limite com a dessalinização, apenas que a água vai custar mais.” Segundo ele, a empresa hoje retira 165 **gigalitros** de água do subsolo, quando a extração sustentável seria de 120 a 135 gigalitros. O custo da água produzida em Kwinana é de 1,17 dólar australiano (cerca de R\$ 1,86) por quilolitro – ou mil litros –, cerca de um terço a mais do que o da água de represas e do subsolo.

Steven McKiernan, representante para assuntos hídricos da ONG ambiental Conservation Council, compara as usinas de dessalinização a peças de lego, que podem ser colocadas aqui ou acolá, conforme a necessidade. “O limite é a consciência de que não se vive dentro dos limites do meio ambiente”, diz. Apesar do milagre de acomodar população e economia crescentes

HIPERLINK: Processo inverso à osmose que envolve a passagem de uma solução – no caso a água do mar – por uma membrana, que separa o soluto – o sal – do solvente – a água

HIPERLINK: A Coroa Britânica estabeleceu a primeira colônia australiana onde hoje é o estado de New South Wales, em 1788

HIPERLINK: Um gigalitro equivale a 1 bilhão de litros e 165 gigalitros poderiam encher 82,5 mil piscinas olímpicas

em um ambiente cada vez mais árido, a dessalinização não dá conta do recado sozinha, admite a Water Corporation. Sem outras medidas, seriam necessárias pelo menos dez outras plantas até 2060, com aumento de seis vezes no consumo de energia. Os investimentos para operar tal parque fariam a conta de água dos habitantes de Perth dobrar em termos reais.

Além da dessalinização e da água subterrânea, a Water Corporation considera a reciclagem como uma nova fonte. Mas para isso precisa ajudar a população a superar o fator “yuk” – a rejeição a consumir água que, sabe-se, já foi esgoto. Segundo a empresa, só um lugar no mundo retorna a água de esgoto tratada diretamente às torneiras para ser bebida: Windhoek, capital da Namíbia.

Para dar um empurrãozinho, a Water Corporation planeja tratar o esgoto e reinjetar a água no subsolo, beneficiando-se da percepção do cidadão comum de que, assim, o líquido passa por um processo “natural” de filtragem. Estudo feito pela CSIRO em 2005 mostrou que tal noção torna a comunidade mais receptiva: apenas 13% de 400 pessoas entrevistadas disseram que beberiam, sem restrições, a água reciclada e bombeada diretamente para suas torneiras, mas 31% afirmaram que topariam consumir se a água passar pela reinjeção no aquífero [2]. Um teste do projeto de reinjeção está previsto para este ano.

TOME NOTA

2 A CSIRO detalha os resultados do estudo em: <http://www.csiro.au/resources/pf5b.html>

Dos 280 gigalitros de água potável fornecidos pela Water Corporation atualmente em Perth, apenas 1% é ingerido, diz Don McFarlane. “O resto usamos para dar descarga”, afirma. A empresa recupera mais de 100 gigalitros, trata e despeja no oceano. Se o teste de reinjeção der certo, a Water Corporation acredita que a reciclagem pode representar mais de 20% da demanda em sua rede até 2060.

Oásis acarpitado

Enquanto a reciclagem não vem, continuam os esforços para consumir menos água. Graças a restrições impostas ao uso da água em áreas externas, o consumo *per capita* em Perth caiu 20% desde 2001. Ainda assim, dos 650 gigalitros captados de

diversas fontes em 2008, 57% foram retirados de reservatórios subterrâneos por particulares e pelo departamento estadual de águas por meio de poços artesianos. Por não ser tratada, é usada para irrigar parques, áreas públicas e jardins, e permite que Perth – ao contrário de outras cidades australianas – pareça um oásis acarpitado. Para a Water Corporation, o uso de poços particulares é interessante, pois evita que água tratada acabe nos gramados e calçadas.

Mas os poços não são fiscalizados e para perfurar basta pagar uma taxa simbólica – a água é de graça, inclusive nas áreas agrícolas, onde é empregada na irrigação. Mesmo na cidade, o custo é mantido baixo para garantir acesso universal, o que acaba desencorajando a eficiência e a redução no consumo. Para Jörg Imberger, diretor do Centre for Water Research da Universidade de Western Australia, é preciso cobrar de forma a estabelecer uma relação do consumidor com a água. “Faria sentido fixar o preço de acordo com o que custa para fornecer água e estabelecer um esquema social para subsidiar as pessoas mais pobres”, diz.

“Construímos um estilo de vida sobre o fato de que a água é barata”, admite Jim Gill. O resultado é que cada habitante de Perth usa, em média, 147 mil litros de água em um ano – a maior taxa entre as cidades australianas. Para Gill, é possível ter uma vida boa com menos água. “Mas teríamos que redesenhar a maneira como vivemos”, adverte. Sem tamanha ambição, o plano da Water Corporation prevê mudanças na precificação e incentivos para quem usa menos como forma de atingir as metas de reduzir o consumo total de água em 15% até 2030, em relação aos níveis de 2008, e em 30% até 2060.

Redesenhar estilos de vida é um desafio e tanto em qualquer parte, mas especialmente em WA, onde o aumento da população nos últimos anos veio acompanhado de mais afluência. “Mais gente tem TV de plasma, computador, carro e, em cima de casa, uma enorme caixa de ar condicionado”, afirma Steven McKiernan. A afluência e a persistência do que ele chama de “mentalidade de pedreira”, voltada para a exploração crescente de minerais para exportação, acabam prejudicando as chances de uma verdadeira transformação – e não apenas de medidas incrementais – na gestão dos recursos hídricos, diz McKiernan. [22]

Mirabilia



apros-
p

Onde a cobrança pelo uso da água virou realidade, os investimentos dos **comitês de bacia** já representam **um terço do necessário** para salvar os rios

por José Alberto Gonçalves # FOTOS Bruno Bernardi



Processo muito lento, complexo e emperrado pela sobreposição de leis estaduais e federais regulando rios de uma mesma bacia, mas controlados ou pela União ou pelos estados. Não faltam nós a serem desatados no processo de implementação da cobrança pelo uso da água no Brasil (*leia quadro*). O que poucos perceberam, porém, é que, onde o instrumento virou realidade, o dinheiro arrecadado já funciona como mola propulsora de investimentos, sobretudo em tratamento de esgoto. E mais: a aplicação dos recursos arrecadados segue lógica inversa à do modelo centralizado, historicamente predominante no setor hídrico nacional (*mais em Artigo à pág. 39*).

A cobrança pelo uso da água é um dos seis instrumentos de gestão dos recursos hídricos previstos na Lei 9.433, a Lei das Águas, promulgada em janeiro de 1997. Tem como finalidade induzir ao uso racional da água, especialmente em bacias com sérios problemas de escassez, poluição e conflitos entre usuários. No caso das bacias federais, a Agência Nacional de Águas (ANA) cobra usuários da água bruta (retirada diretamente dos rios), principalmente indústrias, agricultores e empresas de saneamento. Quanto mais água é captada e mais efluentes não tratados são lançados nos rios, mais elevado é o valor da cobrança. É distinta da conta de água paga pelos consumidores residenciais, que cobre apenas custos de tratamento e distribuição. O dinheiro arrecadado pela ANA é repassado às agências de água das bacias, que, entre outras funções, são incumbidas de aplicá-lo segundo as prioridades estabelecidas pelos comitês no plano de bacia.

Nesse novo modelo descentralizado de gestão da água, os recursos da cobrança são investidos conforme as diretrizes e prioridades definidas no plano de bacia, que estabelece metas de recuperação ambiental e orça os gastos necessários para atingi-las. O planejamento de ações de melhoria ambiental na bacia possibilita

aos comitês avaliar potenciais conflitos pelo uso da água e os principais problemas de qualidade e escassez de maneira mais integrada, pois os rios não respeitam limites de municípios, de estados, e nem de países.

No **PCJ**, o orçamento este ano é previsto em R\$ 40 milhões, em uma conta que soma a cobrança federal e a estadual e o repasse de R\$ 5 milhões do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) de São Paulo. Como a contrapartida exigida nos projetos é de 35%, em média, é possível projetar investimento aproximado de R\$ 60 milhões este ano, que representa cerca de um terço do montante anual estimado para recuperar as três bacias do PCJ em um horizonte de 20 anos.

“O recurso arrecadado permitiu ao comitê ter um montante que deixou de ser insignificante. Com um terço do investimento assegurado com a cobrança, municípios têm mais fôlego para correr atrás dos outros financiamentos para inteirar os 100%”, comemora Luiz Roberto Moretti, secretário-executivo do PCJ, comitê que é uma das principais referências para o novo modelo de gestão hídrica instaurado em 1997 [1].

TOME NOTA

1 A experiência do PCJ é bem retratada no livro *A Implementação da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e Agência de Água das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá*, de 2007. Disponível em: www.agenciadeaguapcj.org.br.

Como um efeito cascata, descreve Moretti, “organismos estaduais e federais percebem o esforço e a capacidade de investimento da região e fica até mais fácil conseguir recursos para a execução das obras”.

Com base na experiência acumulada desde antes do início da cobrança, os comitês vão identificando necessidades específicas de suas bacias. O PCJ, por exemplo, resolveu manter em 60% este ano o percentual dos recursos destinados ao tratamento de esgoto, como em 2008, e iniciou em 2007, em parceria com a ANA e a ONG The Nature Conservancy (TNC), o projeto piloto do programa Produtor de Água, que visa

remunerar agricultores que conservam o solo, nascentes e mata ciliar e recuperam pastagens degradadas pelo sistema de pagamento por serviços ambientais (PSA). Esse instrumento econômico já é utilizado em Extrema (MG) e na da Bacia do Guarapiranga, na Zona Sul da capital paulista (*reportagens à página 34*).

O dinheiro da cobrança também tem ajudado a enfrentar uma fragilidade estrutural de muitas prefeituras: a incapacidade de formular projetos bem orçados, com cronograma exequível e proposta técnica consistente. Para contornar situação muito comum ao poder público, o PCJ vem estimulando as prefeituras a criar grupos de acompanhamento dos projetos com funcionários de carreira, a fim de evitar a descontinuidade após as eleições. O grupo é um elo entre o comitê de bacia e a prefeitura, com ganhos qualitativos na elaboração de projetos. “A ideia foi um fracasso quando a lançamos em 2006. Mas insistimos na

proposta e ano passado conseguimos a adesão de três prefeituras”, diz Francisco Lahóz, coordenador-geral da **Agência de Água PCJ**.

No comitê do Paraíba do Sul, o Ceivap, a estratégia para melhorar o relacionamento com as prefeituras será conduzida em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF), que enfrenta dificuldades parecidas na análise de projetos de saneamento. Além da continuidade na capacitação de técnicos na elaboração de projetos, iniciada em 2007, o Ceivap terá como ponto focal na prefeitura o gestor municipal de contratos (GMC), figura criada pela CEF. Também é objetivo do Ceivap integrar sua capacitação com a proporcionada aos municípios pela CEF de modo a racionalizar esforços.

Um bom projeto conta com mais vantagem não apenas no momento da seleção de propostas, pelo comitê de bacia, como também para captar verbas de fontes como a própria CEF e o Ministério das Cidades. E nem precisa ser o projeto da obra em si. Muitas vezes, a prefeitura não possui dinheiro para

HIPERLINK: Arrecada e faz a gestão financeira dos recursos da cobrança, aplicando-os segundo as prioridades definidas pelo comitê de bacia. Ela também mantém o balanço atualizado da disponibilidade hídrica na bacia.

Como desatar os nós da cobrança

FONTES: ANA, AGÊNCIA PCJ, AGEVAP, WWF, SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO E REDE DAS ÁGUAS

DUPLA GESTÃO: existência de rios federais e estaduais causa burocracia, retarda a implementação da cobrança e outros instrumentos de gestão e confusões com os usuários.

Solução: **gestão compartilhada para rios estaduais e federais com uma única agência de bacia, que centralizaria as cobranças federal e estadual num único boleto e a aplicação dos recursos.**

LEIS EM COLISÃO: falta sintonia entre leis federais e estaduais, o que se nota na composição variável dos comitês e nos obstáculos para criar uma agência única por bacia.

Solução: **harmonizar as legislações de modo que a gestão da bacia seja compartilhada, sem prejuízo da existência de subcomitês.**

APLICAÇÃO DE RECURSOS: os comitês não são informados sobre a aplicação de recursos em projetos de recuperação ambiental das bacias que não contam com repasses da cobrança.

Solução: **obrigar os governos federal, estaduais e municipais a informar e consultar os comitês sobre investimentos de modo que se efetuem em consonância com o plano de bacia.**

PROJETOS FRACOS: uma das principais dificuldades enfrentadas pelos comitês é a falta de bons projetos para receber recursos da cobrança.

Solução: **criar grupos nas prefeituras com funcionários de carreira para participar de capacitações, elaborar projetos mais consistentes e funcionar como elo entre o comitê e o poder local.**

SOCIEDADE CIVIL: ONGs influentes se retiraram de comitês importantes como o do Alto Tietê, na Grande São Paulo, e não dispõem de recursos e programas para acompanhar o processo.

Solução: **reconhecer o papel de interesse público da participação social, com provisão de verbas dos fundos e da cobrança para qualificar a atuação das entidades nos comitês.**

INFORMAÇÃO PÚBLICA: páginas na internet de comitês e sistemas de gerenciamento hídrico, como o paulista, são bastante desatualizadas e de difícil compreensão pelo cidadão comum.

Solução: **tornar prioritária a prestação pública de informações atualizadas pelos sistemas de gerenciamento dos recursos hídricos e comitês de bacia.**

Um dos grandes desafios será **União e Estados** falarem a mesma língua

preparar o projeto executivo de uma obra de grande envergadura, a exemplo de uma estação de tratamento de esgoto (ETE). O Ceivap detectou a dificuldade e modificou radicalmente a distribuição dos recursos, diminuindo de 60% para 34% a destinada às ETEs no plano de investimentos de 2008. “A redução foi determinada pelo Ceivap com o propósito de aplicar dinheiro na elaboração de projetos, visando a alavancagem de recursos de outras fontes”, explica Hendrik Lucchesi Mansur, coordenador de gestão da agência do Paraíba do Sul (Agevap).

Um dos casos que motivaram o Ceivap a redesenhar sua estratégia de investimento foi o da Prefeitura de Barra Mansa (RJ), que recebeu R\$ 650 mil da cobrança para formular um projeto executivo de saneamento. Graças ao projeto, Barra Mansa obteve um contrato de R\$ 41,5 milhões do Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal (PAC) para a realização de obras de saneamento.

É, portanto, mais uma indicação do efeito cascata que a cobrança promove. Desde a criação, em 2003, o Ceivap arrecadou cerca de R\$ 41,6 milhões. Mas o valor alavancado pela cobrança, entre contrapartidas e recursos do Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes), da ANA, alcança R\$ 82 milhões. Mansur observa que investimentos como os do PAC em Barra Mansa não entram no montante alavancado pela cobrança, embora sejam efeito indireto da implementação do instrumento.

Há, porém, nós a serem desatados para que o novo modelo funcione a pleno vapor. Um deles é a morosidade da implementação da cobrança. Desde que a Lei das Águas foi promulgada, em 1997,

apenas dois comitês federais iniciaram a cobrança. A ANA prevê que até o primeiro semestre de 2010 o sistema também comece a funcionar no Comitê do São Francisco, com previsão de arrecadação anual de R\$ 44,1 milhões das cobranças federal e estadual. Até 2015, outros três comitês federais terão iniciado a cobrança, segundo a ANA: os dos rios Doce, Paranaíba e Grande.

O gerente de cobrança da ANA, Patrick Thomas, considera normal o ritmo lento de implementação do mecanismo. “Precisamos considerar a complexidade do processo. O Comitê do São Francisco opera em sete unidades federativas, com elevado grau de diversidade institucional e regional”, exemplifica. Thomas prevê que, até meados da próxima década, a arrecadação federal e estadual com a cobrança alcançará pelo menos R\$ 140 milhões ao ano em todo o País.

Inspiração francesa

No âmbito estadual, a cobrança pelo uso da água já ocorre no Ceará, Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo. Minas Gerais aprovou o mecanismo no final de março. Segundo Laura Stela Naliato, diretora de recursos hídricos da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, mais quatro comitês estaduais devem iniciar a cobrança até 2010, inclusive o do Alto Tietê, com atuação na Grande São Paulo e previsão de arrecadação anual de até R\$ 30 milhões.

Boa parte das travas que retêm um progresso mais acelerado de implantação dos novos instrumentos têm origem no modelo institucional do Estado federativo brasileiro. Inspirado na França, o Brasil redesenhou seu sistema em 1997,

quando foi promulgada a Lei das Águas. O sistema francês possui como pilares a gestão descentralizada participativa por bacia e a água dotada de valor econômico. Após esbarrar na desconfiança inicial da sociedade sobre o novo sistema, instituído em 1964, a França o consolidou nas décadas de 1970 e 1980. Hoje suas seis agências de bacia arrecadam anualmente cerca de 2 bilhões de euros.

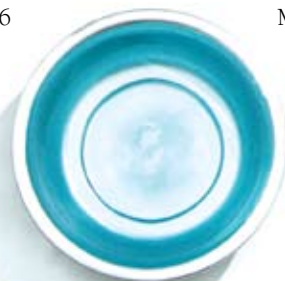
Há, contudo, uma diferença básica entre os dois países. A França é um exemplo de república unitária, em que o poder central é exercido sobre todo o território, que possui apenas rios nacionais. Seis agências de bacia centralizam a cobrança e a aplicação do dinheiro. Já o Brasil é uma república federativa, com legislações estaduais e nacional regulando os recursos hídricos, regidos pela **dupla dominialidade**.

O PCJ driblou o embaraço institucional realizando o que chamam de três-em-um. Isto é, os três comitês com atuação em suas bacias – um federal e dois estaduais – reúnem-se no mesmo plenário e câmaras técnicas, aprovando deliberações conjuntas. Tratam as bacias estaduais e a federal como uma única unidade de planejamento e gestão.

O desafio agora é centralizar a cobrança federal e estadual em uma única agência de bacia. Para economizar gastos de custeio e evitar desperdício de dinheiro na sobreposição de papéis, acelerar procedimentos e reduzir a burocracia, o PCJ pretende criar a Fundação Agência de Bacias PCJ, entidade de direito privado que centralizaria o papel de gestora única do dinheiro arrecadado na cobrança federal e estadual.

Para isso, porém, União e Estados terão de falar a mesma língua na operação do novo modelo hídrico, pois a legislação mineira não aceita a figura jurídica da fundação de direito privado para exercer a função de agência de bacia. Como se vê, sangue-frio e alta dose de paciência são mais que necessários para desatar os nós que emperram um avanço mais veloz da implementação do novo modelo de gestão hídrica. **zz**

HIPERLINK: Os rios de domínio da União são os que cruzam mais de um Estado, servem como fronteira entre Estados ou com países vizinhos ou nascem em outra nação. Os que nascem e deságuam nos limites do Estado encontram-se sob domínio estadual



Análise

MARISTELA BERNARDO

Professor titular do Departamento de Economia da USP e autor de vários livros sobre desenvolvimento sustentável. www.zeeli.pro.br



Em seu discurso no último Fórum Social Mundial, em Belém, o presidente Lula parece não ter ligado o nome à pessoa. Na Amazônia, num fórum marcado por questões socioambientais, falou de tudo – dos países ricos, do programa habitacional e, sobretudo, do petróleo e do pré-sal. Nem uma palavra sobre Amazônia ou meio ambiente.

O ato falho, ou a falha do ato, chocou alguns ambientalistas, mas não repercutiu, submerso na interação midiática com a plateia. O dado subjacente, contudo, é importante e interessante: a falta de sensibilidade e de intimidade do presidente com os temas ambientais é um fato. O que leva a refletir sobre o impacto do nível individual de convicção e compromisso dos governantes e gestores na existência de políticas públicas com alguma transcendência para além do imediato.

A gestão de recursos naturais é, mundo afora, a principal vítima de políticas tipo aqui-e-agora, impotentes para mexer em estruturas e paradigmas. A carência de inteligência política avançada é uma espécie de nó cego para nossa geração. Já temos todas as evidências sobre o espetacular fracasso do suposto desenvolvimento baseado em crescimento e consumo. Sair dele é o problema. Uma das razões é a dificuldade de governar para a mudança, para o advento de sistemas, processos e soluções sustentáveis. Com raríssimas ou quase inexistentes exceções,

Nó cego

Na **falta de inteligência política avançada**, governar tende a ser um exercício de conservadorismo, lastreado na concepção superada e lamentável de desenvolvimento

governar tende a ser um exercício de conservadorismo, de modelos mentais simplistas, reféns dos costumes e da gangorra de interesses.

Alinhando-me ao tema desta edição da PÁGINA22, vamos a um exemplo. O Brasil detém 12% da disponibilidade mundial de recursos hídricos. Em tese, deveríamos ser uma potência na gestão de águas. Há doze anos, a Lei 9.433/97 instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. O salto de qualidade foi notável desde então. Comitês de bacias, participação social, boas experiências de cobrança pelo uso da água, implementação de sistemas de outorga e de fiscalização, desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos, existência de um Plano Nacional de Recursos Hídricos. Não faltam leis e ferramentas modernas.

E, no entanto, **a água ainda não é elemento estratégico na agenda de governo. O Brasil não consegue potencializar o seu diferencial global**, porque suas políticas públicas correm em trilhos paralelos, não convergem. Cada um dos setores vinculados diretamente a recursos hídricos não absorve a existência e as razões dos demais, mantendo agendas estanques e competitivas. Com isso, todos perdem eficácia e embolam o planejamento geral de longo prazo.

Os mais estruturados e de maior

orçamento, como o elétrico, avançam décadas nos seus programas de investimentos, enquanto outros, atrasados e desestruturados, como o de transporte fluvial, ficam para trás. A área ambiental tenta se manter à tona, enquanto o PAC avança com suas tropas apressadas, lastreado em concepção superada e lamentável de desenvolvimento. O crescimento não é conjunto. Quem pode mais arrasta os demais à sua moda, impondo o seu peso desigual.

É uma escola de samba sem ritmo, destrambelhada, que joga fora a enorme oportunidade de colocar em perspectiva um patamar único, de modo a haver parâmetros para mediar as situações do presente, orientar a alocação orçamentária e harmonizar os passos das diversas alas com base em um conceito de políticas públicas sustentáveis. Hoje, marcos conceituais praticamente excludentes fazem o País andar em círculos nessa área.

Por exemplo, a discussão sobre a abertura de novas estradas na Amazônia deveria, necessariamente, ser feita ao mesmo tempo que a avaliação de outros fatores, tais como investimentos em hidrovias, alternativas e custos para escoamento da produção agrícola, conservação e aproveitamento múltiplo dos grandes rios. O que é mais econômico e menos impactante no ambiente amazônico, caso a caso: estradas ou hidrovias? Quais os condicionantes a serem compartilhados entre as diversas políticas – não apenas de modo formal e burocrático – para a expansão da hidreletricidade na região? As barragens das hidrelétricas devem ou não prever eclusas?

Mas aí seria preciso haver visão de Estado, que funcionasse como poderosa indução integradora. E isso não há. Os governos “escolhem” os seus preferidos, às vezes apenas por motivações circunstanciais. Há nichos de excelência estratégica perdidos em meio à falta de lógica geral, tentando tensionar e abrir frentes para plantar postos avançados que garantam um mínimo de planejamento sustentável. E no topo da cadeia estão governantes que, em meio a uma grave crise ambiental global, ainda acham que meio ambiente e recursos naturais são apenas para constar de discursos politicamente corretos. Ou, às vezes, nem isso. **zz**

As pequenas ilhas e os estreitos corredores de vegetação em meio ao vazio das pastagens podem ser notados à medida que se percorre a estrada de terra que corta o bairro das Posses, uma das áreas onde se concentram propriedades rurais de Extrema, pequena cidade do Sul de Minas Gerais, localizada na divisa com o Estado de São Paulo. Ali se encontram agricultores que desde 2007 recebem da prefeitura uma quantia mensal em troca da conservação de nascentes e da liberação de áreas para a recuperação de cobertura vegetal em suas propriedades. O chamado pagamento por serviços ambientais, ou PSA (veja quadro), está inserido num projeto municipal que ganhou o nome de Conservador das Águas.

Até se tornar o primeiro município brasileiro a criar uma regulamentação para o PSA – a Lei 2.100, de 2005 –, Extrema percorreu alguns caminhos. Entre eles, “pensar o município em termos de bacia hidrográfica”, nas palavras de Paulo Henrique Pereira, gestor ambiental de Extrema e responsável pelos primeiros diagnósticos de meio ambiente que culminaram na implantação do PSA na cidade.

No total foram identificadas sete sub-bacias, de acordo com um diagnóstico realizado entre 2001 e 2002 no município encravado na parte ocidental do maciço da Serra da Mantiqueira, às margens do Rio Jaguari. **As sub-bacias abastecem não só os 24,8 mil habitantes**



CONSERVADORA DE ÁGUAS

Extrema (MG) é um **caso bem sucedido** entre pequenos proprietários. Mas poderia inspirar latifundiários?

POR Luciano Delfini # FOTOS Bruno Bernardi

de Extrema, mas também alimentam o Sistema Cantareira, responsável pelo fornecimento de água a 9 milhões de pessoas na cidade de São Paulo.

O passo seguinte foi analisar o estado de degradação e de conservação de cada unidade hidrográfica, já com a ideia de implantar um conjunto de ações partindo do pior cenário, ou seja, da área com a menor cobertura vegetal e com a qualidade da água mais baixa. O resultado desse mapeamento mostrou que a Sub-Bacia das Posses, com 1,2 mil hectares,

apresentava as piores condições. E foi ali que o trabalho começou.

Adaptação local

“Grande parte das propriedades rurais do município concentra até 50% de **Área de Preservação Permanente (APP)**, estando muitas delas já degradadas pela transformação em pastos”, explica Paulo Henrique. “Nossa ideia não era somente aplicar o Código Florestal sobre essas áreas, até porque muitos destes agricultores já trabalham com

de dificuldade. O objetivo do programa é bem claro: recuperar parte dessa área degradada e dar condições para que o agricultor não a use mais, sem abandonar suas atividades.”

Com o auxílio técnico da Agência Nacional de Águas (ANA), veio o caminho para implantar, em Extrema, os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, que

HIPERLINK: são as áreas que têm como função proteger os recursos hídricos, o solo, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade e o fluxo gênico de fauna e flora. Desmatar topos de morros ou margem de rios, por exemplo, constitui crime ambiental

garantiu a entrada de financiamento externo. Os recursos – da ANA, do Instituto Estadual de Florestas do governo de Minas Gerais e da ONG The Nature Conservancy – são usados no trabalho de conservação do solo, em obras de melhoria da estrada rural, na compra de insumos agrícolas e no pagamento do pessoal contratado para tarefas que vão desde a instalação da infraestrutura até o plantio de mudas, parte delas doada pela Fundação SOS Mata Atlântica. “O município não teria como financiar [sozinho] essa demanda”, destaca Paulo Henrique.

Mourões e cercas

Em 2007, o Conservador das Águas partiu para a ação. Paulo Henrique lembra o susto que os agricultores tomaram ao ver mourões e cercas chegando à porta de suas propriedades. Era preciso proteger as áreas de nascentes e aquelas destinadas ao reflorestamento, para evitar o contato com o gado. Nesses encontros discutiu-se também o incentivo que cada um receberia a partir de um valor estipulado em R\$ 169 por hectare/ano pela área total da propriedade. O gestor ambiental reconhece que houve resistência entre os primeiros proprietários que tiveram suas terras cercadas. Segundo ele, a situação só foi contornada quando os agricultores perceberam que seu trabalho também era valorizado, em lugar de ser apenas criticado pelos impactos ambientais.

Quem resume bem o contexto é José



de Oliveira Bastos, conhecido como Zé Moisés. Ele recebe mensalmente há um ano o PSA no valor de R\$ 643. Produtor de leite e com nove nascentes em suas terras, seu Zé Moisés assinou o termo de compromisso após verificar que o pagamento seria suficiente para locar um espaço externo para aqueles animais que deixariam a propriedade após a delimitação das nascentes e da área de mata ciliar.

Mas seu Zé Moisés alerta que a alternativa beneficia apenas os criadores de gado. “Ainda faltam ajustes para que o agricultor que trabalha com lavoura possa investir o que recebe com PSA em uma compensação adequada pela perda da área.” O valor do PSA está vinculado à

área total da propriedade, o que reduz o incentivo aos proprietários menores.

Não obstante a boa adesão dos produtores rurais do bairro das Posses ao PSA – segundo dados do município, 90% da sub-bacia –, esse tipo de mecanismo financeiro não está livre de críticas. Os argumentos vão desde o mais óbvio, como “preservar é um dever e não um serviço”, até os que questionam se os recursos financeiros serão suficientes para mitigar a degradação e se os prestadores do serviço cumprirão com suas obrigações. Em Extrema, a própria equipe da gestão ambiental local da ANA se encarrega de fiscalizar as áreas de replantio de vegetação.

Na outra ponta, há quem defenda o PSA como uma conta que deve ser paga por toda a sociedade. “O PSA sinaliza ao produtor rural que a sociedade urbana também participará do programa. E isso é bom até para quebrar a dicotomia entre bancada ambiental e bancada ruralista”, afirma Fernando Veiga, coordenador de serviços ambientais da The Nature Conservancy. Para ele, o caso de Extrema poderia se estender a outras regiões, inclusive envolvendo latifundiários, desde que seja elaborado de acordo com a realidade de cada bacia hidrográfica e que se identifique o melhor incentivo ao produtor rural. ▶▶

Operação no deserto

Em meio à ocupação desordenada que esgota mananciais, 618 hectares de Mata Atlântica conservada e remunerada

“semeiam” água para a Grande São Paulo

POR Ana Cristina d'Angelo

Em seu blog na internet (www.fazendapiedade.zip.net), o delegado de polícia aposentado Eduardo Cardoso de Mello registra as mudanças na sua propriedade desde que passou a receber uma ajuda financeira para não fazer mudanças. Explico. Eduardo é um dos doze premiados pela Fundação O Boticário por serviços ambientais. A Fundação lançou o Projeto Oásis em 2006, cujo objetivo é a proteção de mananciais da Grande São Paulo e sua consequente contribuição para a manutenção da qualidade da água da Represa do Guarapiranga, que abastece cerca de 4 milhões de pessoas.

Mas toda essa história começa muito antes. As florestas nativas de uma bacia hidrográfica desempenham funções hidrológicas, influenciando a qualidade e a quantidade de água. As árvores interceptam a água da chuva, que chega lentamente ao solo e se infiltra nos lençóis subterrâneos ou escoam para os cursos d'água, abastecendo os mananciais. Nesse caminho, a água é filtrada por diferentes camadas do solo e pelas raízes

das plantas, o que regula a quantidade de sedimentos e nutrientes presentes nela e diminui a sua turbidez.

A perda da vegetação florestal compromete essa dinâmica e, conseqüentemente, a disponibilidade e qualidade da água. Sem árvores, a chuva cai diretamente no solo e o arrasta em processos de erosão, causando o assoreamento. Com mais terra chegando aos rios, a capacidade das represas de armazenar água é reduzida.

A ideia é estabelecer uma ação preventiva, explica Máisa Guapyassú, responsável pelo Projeto Oásis, diante de um cenário que, em geral, se busca corrigir, restaurar os danos já causados. Os

proprietários premiados não precisam ser experts em conservação ambiental – basta manter o que existe do jeito que está.

A Fazenda Nossa Senhora da Piedade está localizada em Parelheiros, na Área de Proteção Ambiental Municipal Capivari-Monos, remanescente de Mata Atlântica, berço fundamental de águas da Grande São Paulo. Eduardo herdou os 274 hectares do pai, senhor Geraldo, e tem um carinho especial pela região. São pelo menos 42 nascentes identificadas só na área dele, o que levou a propriedade a ser escolhida para participar do Oásis.

Atualmente, o projeto conta com doze propriedades cadastradas, que juntas protegem 618 hectares de Mata Atlântica em São Paulo. Essa área abriga 41.824 metros quadrados de rios e 75 nascentes.

Funciona assim: os donos das propriedades selecionadas estabelecem contrato com a Fundação O Boticário, em que se comprometem a conservar suas áreas naturais. Em troca, recebem apoio técnico e financeiro para o manejo voltado para a conservação das mesmas.

Para as premiações financeiras aos



Entenda o que é PSA

O pagamento por serviços ambientais (PSA), cujo modelo está baseado no conceito provedor-recebedor, entra na pauta como um mecanismo de compensação financeira àqueles que estejam contribuindo para conservar os recursos naturais. Considerando que os produtores rurais estão entre os mais contudentes usuários das riquezas do planeta, o PSA é defendido como um modelo em consonância com a legislação ambiental. Da mesma forma que o proprietário de terra que degrada uma área de preservação permanente, cujos efeitos ultrapassam sua área privada, deve pagar por sua recuperação, conforme o Código Florestal, ele também deveria receber caso siga o caminho inverso e todos possam se beneficiar com o resultado de suas práticas de conservação. Em setembro de 2006, a edição 1 de PÁGINA 22 trouxe um Especial sobre o tema, confira em www.pagina22.com.br.



SÓ NA PROPRIEDADE DE EDUARDO, ESCOLHIDA PARA PARTICIPAR DO PROJETO OÁSIS, EXISTEM 42 NASCENTES

proprietários foram estabelecidas faixas de tamanho de propriedade, e para cada uma foi determinado o valor máximo de R\$ 370 por hectare/ano.

O modelo é inspirado no trabalho feito pela prefeitura de Nova York com os proprietários de terra das pequenas cidades localizadas na Bacia do Rio Hudson. Se a prefeitura fosse construir estações de tratamento nessa região, o custo do metro cúbico da água seria três vezes maior, calcularam os americanos.

Eduardo mora em São Paulo, mas vai com frequência a sua fazenda. Ali percorre as trilhas que levam a cachoeiras de água gelada cristalina, conversa com o caseiro Edmilson, um alagoano há 17 anos instalado em uma pequena casa do lado da água, com esposa, filho, nora e as duas netas. Depois ou junto com a natureza, a maior paixão de Edmilson é a neta Ana Carolina, que segue de mãos dadas com o avô pelo mato denso sem medo e fica atenta a qualquer visita estrangeira.

Dos participantes do projeto, Eduardo tem o maior índice para pagamento

dos serviços ambientais. Isso significa que ele recebe R\$ 370 por hectare/ano para deixar toda a exuberância da sua fazenda o mais original possível e resistir a tentações de venda para construtoras e incorporadores que por ventura lhe façam ofertas. Mesmo assim, ele conta que plantou na década de 80 alguns eucaliptos e pinheiros na entrada da propriedade e próximo à casa do caseiro. “Não sabia, achei que ficaria bonito.” Hoje ele cuida de replantar espécies típicas da Mata Atlântica como pitanga, gabirola, araca, refazer pontes que ruíram com o tempo e fazer trilhas na floresta que possam ajudar a percorrer uma área tão grande.

A maioria das áreas naturais da região da Represa do Guarapiranga está nas mãos de particulares. Dono do Sítio dos Morros há cerca de 20 anos, Manoel Messias de Oliveira Filho conta que comprou a terra de uma família que tinha no extrativismo sua fonte de renda. Hoje, ele se diz feliz por poder desfrutar da floresta conservada. “Adoro tudo

aquilo intato, porque tem palmitos, animais, o ar é completamente diferente. Eu vivo perto do centro da cidade e, quando estou no sítio, parece que estou em outro mundo, aquele frescor do mato. Uma vez, um colega meu foi comigo até lá e comentou que entendia por que as pessoas da região viviam tanto, afinal viviam em um paraíso”, conta.

Maísa Guapyassú diz que a Fundação O Boticário espera que o Projeto Oásis sirva de estímulo para governos e outras instituições investirem em iniciativas similares, ampliando, assim, as ações voltadas para a conservação da natureza no Brasil. O projeto conta com patrocínio da Mitsubishi Corporation Foundation for the Americas, apoio institucional da Secretaria do Meio Ambiente do Estado e da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo, e a colaboração do escritório Losso, Tomasetti & Leonardo Sociedade de Advogados e da Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (Fabhat). [L22](#)

Artigo

PEDRO ROBERTO JACOBI

Professor titular do Procam, representa a USP no Comitê do Alto Tietê e coordena o Projeto Alfa da Comunidade Europeia sobre Governança da Água na América Latina

Com quantos atores se faz uma boa governança

A gestão das águas no Brasil assume contornos mais sociopolíticos e menos tecnocráticos, mas a **sociedade civil ainda precisa ampliar sua força** e cobrar uma nova cultura de direitos

O impacto das práticas participativas na gestão, apesar de controversas, aponta para uma nova qualidade de cidadania, que abre espaços de expressão sociopolítica e influencia qualitativamente na transformação da governança da água no Brasil. A gestão de **bacias hidrográficas** assume crescente importância no Brasil, à medida que aumentam os efeitos da degradação ambiental sobre os recursos hídricos. Observam-se importantes avanços na governança da água nos últimos 20 anos, mas ainda há muitos obstáculos a superar.

O País passou de uma gestão institucionalmente fragmentada para uma legislação integrada, que resgata o poder das instituições descentralizadas de bacia. Incluem-se nesse processo, além de investimentos, ações voltadas para o fortalecimento do sistema de gestão de recursos hídricos da bacia e a implantação dos sistemas de informações, de redes de monitoramento e de instituições de gerenciamento.

A fórmula proposta é de uma gestão pública colegiada dos recursos hídricos, com negociação sociotécnica, através dos comitês de bacias. Os usuários da água terão de se organizar e participar ativamente dos comitês, defender seus interesses quanto aos preços a serem cobrados pelo uso, assim como sobre a aplicação dos recursos arrecadados e a concessão justa das outorgas dos direitos de uso. Obviamente, esses acertos e soluções serão conseguidos depois de complexos processos de negociação e resolução de conflitos entre os diversos

agentes públicos, os usuários e a sociedade civil organizada.

A legislação estabelece como fundamento que a água é dotada de valor econômico, e isto está relacionado à cobrança pelo uso para a geração de fundos que permitam investimentos na preservação dos próprios rios e bacias. Também provoca maior rigor no controle sobre os efluentes despejados nos rios.

Entretanto, o alcance das experiências tem sido desigual. Em 2008 já se contam mais de 120 comitês de bacias estaduais, e seis federais, mas a maioria carece de regulamentação de suas ferramentas básicas, como as agências e a cobrança pelo uso da água, para que possam cumprir suas responsabilidades legais. **Até agora, mais de uma década após a aprovação da primeira lei de águas no País, nenhum sistema foi operacionalizado por completo.**

A lógica do colegiado permite que os atores envolvidos atuem no intuito de neutralizar práticas predatórias orientadas pelo interesse econômico ou político. Isso facilita uma interação mais transparente e permeável no relacionamento entre os diferentes atores envolvidos – governamentais, empresariais e usuários. Limita as chances de abuso do poder, mas não necessariamente da manipulação de interesses pelo Executivo, o que dependerá, principalmente, da capacidade de organização dos segmentos da sociedade civil.

Mas o que se observa em muitos

comitês é uma crise na representação do segmento associativo e das ONGs. As mais representativas têm se afastado do processo e seu lugar é ocupado por instituições com atuação muito localizada e que em muitos casos concentram esforços na disputa pelos recursos dos fundos estaduais, como é o caso do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro), em São Paulo. É crescente a dificuldade das ONGs em contar com quadros dedicados de forma sistemática e articulada com as atividades que a gestão tripartite demanda.

As plenárias são utilizadas, em alguns casos, para polarizações com o segmento estadual e veladas disputas entre atores da sociedade civil, que – articulados com atores públicos locais – **se utilizam do espaço para marcar posições políticas não explícitas que têm por trás disputas partidárias.** Em diversos casos se verifica pouca renovação e, portanto, pouca mudança nas práticas. Observa-se também uma perda de qualidade da participação, na medida em que a representação desses segmentos frequentemente faz do conflito sua forma de manifestar suas posições.

Os complexos e desiguais avanços mostram o desafio de superar assimetrias de informação e afirmar uma nova cultura de direitos. A gestão colegiada tende a definir uma dinâmica que permite aos atores integrar e ajustar práticas com base em uma lógica de negociação sociotécnica, que substitui a concepção tecnocrática, visando ajustar interesses e propostas nem sempre convergentes e articulados em torno de um objetivo comum.

O maior problema com o qual se defrontam muitos comitês é o fato de os diversos atores envolvidos na dinâmica territorial terem visões divergentes do processo e de seus objetivos. Dada a complexidade do processo, e das dificuldades de se consolidar um parâmetro de cidadania ambiental, os limites estão dados pela prevalência de lógicas de gestão que ainda centram, na maioria dos casos, uma forte prevalência do componente técnico como referencial de controle. [L22](#)

HIPERLINK:
A bacia hidrográfica é a unidade regional de planejamento e gerenciamento das águas. Os órgãos consultivos e deliberativos de gerenciamento são denominados Comitês de Bacias Hidrográficas.

Pequenas, porém

inovog

Energia renovável e de baixa interferência no ambiente compõem a boa fama das pequenas centrais hidrelétricas. Entretanto, a combinação de usinas em série e a flexibilidade do licenciamento ambiental podem ser fatais

Via de regra, as pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) estão entre as opções preferidas dos ambientalistas quando se trata de geração de energia elétrica. Costumam ser associadas a outras opções de viabilidade mais recente, como eólica, solar e biomassa. O relatório *Revolução Energética*, produzido pelo Greenpeace, por exemplo, defende que metade da energia consumida no mundo poderia ser gerada pela combinação dessas modalidades.

De fato, as PCHs apresentam uma série de vantagens comparativas. As turbinas são do tipo fio d'água, que utilizam a vazão natural do rio para gerar energia, sem a necessidade de grandes reservatórios. Isso diminui a interferência no regime natural das águas, a área que precisa ser desmatada e a quantidade de terras a ser desapropriadas.

Além disso, as PCHs garantem redução da perda de energia na distribuição, graças à potência reduzida, que vai de 1 MW a 30 MW. Nesses casos, não compensa desperdiçar elétrons em enormes linhas de transmissão, no caminho entre a fonte geradora e o consumidor. No Brasil, há ainda uma interessante convergência de fatores naturais e econômicos. O maior potencial para grandes hidrelétricas está nos caudalosos rios da Amazônia, o que demanda, por exemplo, uma linha de transmissão de 2.500 quilômetros para ligar o complexo do Rio Madeira até

POR Carolina Derivi # FOTOS Bruno Bernardi

casca

Araraquara, no interior de São Paulo. Já os rios mais apropriados para PCHs estão nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, justamente o grande centro consumidor de energia.

É possível falar em mínimo impacto ambiental quando se trata de uma única PCH. Mas e se forem duas, ou três, ou quinze, no mesmo rio? “Geralmente, rio de PCH tem pelo menos mais duas ou três usininhas em série. É o que se chama de sistema em cascata”, afirma Geraldo Lúcio Tiago Filho, secretário-executivo do Centro Nacional de Referência em Pequenas Centrais Hidrelétricas (CERPCH). Por ironia, é o tamanho reduzido do empreendimento que estimula a **multiplicação em série**.

Junte-se a isso uma lista de vantagens para o investidor. As PCHs têm pelo menos 50% de desconto na tarifa de uso do Sistema Interligado Nacional (SIN), são dispensadas de pagamento de *royalties* pela exploração dos recursos hídricos e podem fornecer energia tanto para o SIN quanto para sistemas isolados ou ainda para os chamados “consumidores livres”, como grandes indústrias de alumínio, por exemplo. Isso sem falar no Programa de

Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), que age como uma espécie de avalista no BNDES para garantir o financiamento de 70% do investimento.

Se há um lugar assoberbado de PCHs no País, este lugar se chama Minas Gerais, o estado com maior número de pequenas usinas – cerca de 500. Para o padre Antônio Claret Fernandes, militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) de Minas, a sobreposição de usinas se tornou insustentável. “Hoje a gente quase não tem mais condição de dar assistência a todos os atingidos,

porque são muitas as barragens que estão pipocando”, diz. “Falam que o reservatório é pequeno, mas **300 hectares** é uma área grande, principalmente numa região como a nossa, que tem muita agricultura familiar, de propriedades pequenas.”

Em termos ambientais, o principal impacto do sistema de usinas em cascata

HIPERLINK: O limite máximo do lago costumava ser 3 quilômetros quadrados, ou 300 hectares, mas as PCHs estão se agigantando. Em 2003, uma resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica condicionou o tamanho do reservatório a uma fórmula que combina a área, a potência e o tamanho da queda-d'água, e pode chegar a 13 quilômetros quadrados. Há ainda um projeto de lei federal que propõe a ampliação da potência para 50 MW

HIPERLINK: As PCHs correspondem a cerca de 2% da matriz elétrica nacional. O Plano Decenal de Energia prevê expansão de menos de 1% da matriz até 2017, passando dos atuais 2.500 MW para 2.841,8 MW

é sobre a fauna de peixes. A grande quantidade de obstáculos no rio pode impossibilitar a migração, necessária para a reprodução de algumas espécies. O caso mais retumbante dos últimos tempos é do Complexo Hidrelétrico do Rio Juruena, em Mato Grosso, onde oito usinas estão em construção e vão somar-se a outras duas, já em operação.

“Onde termina o lago de uma começa a barragem da outra. Então, na prática, é um lago só, de 110 quilômetros”, diz Francisco Machado, zoólogo professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e maior estudioso da ictiofauna do Rio Juruena. Ele diz que algumas usinas no País se valem com sucesso dos mecanismos de transposição de peixes, espécie de escadaria que imita os obstáculos naturais do rio para atrair a passagem dos animais. Mas, segundo o Machado, ainda não há evidências científicas suficientes sobre se as larvas de peixes conseguem percorrer o caminho inverso. “No caso do Juruena, em especial, não vai funcionar. Como é que o peixe vai vencer uma dezena de escadarias? Peixe não sabe ler placa”, diz.

Machado é autor de um dos relatórios periciais encomendados pelo Ministério Público Federal de Mato Grosso, que moveu uma ação civil pública contra os empreendimentos. A área de influência indireta dos projetos inclui sete terras indígenas, ocupadas por algumas etnias cuja única fonte de proteína são os peixes. Em outubro passado, 150 índios Enawenê-nawê promoveram uma depredação no canteiro de obras da PCH Telegráfica, em protesto.

Na ocasião, a Consórcio Juruena Participações, responsável pelas obras, distribuiu nota de esclarecimento à imprensa em que afirma que “todos os estudos solicitados pelos órgãos públicos para avaliar, mitigar e compensar impactos ambientais e antropológicos decorrentes dos empreendimentos foram realizados”. Integra o consórcio a empresa Maggi Energia, da família do governador do estado, Blairo Maggi.

A principal motivação para a interferência do Ministério Público tem a ver, justamente, com esses procedimentos. Seis das oito novas PCHs foram dispensadas de realizar estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental (EIA/Rima). “A falta de EIA/Rima não só compromete a qualidade dos estudos como implica ausência de audiência pública, o que impede o direito da população de se manifestar”, considera o procurador Mario Lucio Avelar, autor da ação civil pública.



A dispensa só foi possível porque uma **lei estadual [1]** estabelece que usinas de até 30 MW só precisam de diagnósticos ambientais para serem licenciadas. Entretanto, uma resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) diz que usinas com mais de 10 MW de potência devem ter EIA/Rima.

TOME NOTA

1 Na doutrina do direito ambiental brasileiro, há o princípio do *in dubio pro natura*: em caso de conflito entre leis ambientais, deve prevalecer a mais restritiva

Esse caso é emblemático da confusão que se generalizou no País sobre regras e competências de licenciamento ambiental. Uma interpretação possível diz que o tamanho do empreendimento deve ser o critério para definição do órgão ambiental licenciador, se federal, estadual ou municipal. Outra diz que a área do empreendimento – se ocupa território interestadual ou apenas local – deve ser o critério. Assim, o Complexo do Rio Juruena foi licenciado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), por tratar-se de empreendimento de menor porte, mas também poderia ter sido licenciado pelo Ibama, já que o Juruena é um rio federal.

Na prática, as grandes hidrelétricas podem causar mais estragos ambientais, mas acabam sendo analisadas pelo Ibama e submetidas ao licenciamento mais rigoroso. Já as PCHs costumam ser licenciadas pelos estados, que aplicam suas próprias regras. Muitas vezes, essas regras são mais brandas, o que provoca reação do Ministério Público.

A confusão penaliza também os investidores. “PCH é um bom investimento depois de entrar em operação, mas antes disso há toda uma gincana”, reclama Ricardo Pigatto, presidente da Associação Nacional dos Pequenos e Médios Investidores em Energia Elétrica. “Nós reconhecemos a responsabilidade sobre efeitos sociais e ambientais dos projetos, mas o empreendedor quer regras claras. Hoje em dia, a cada nova etapa (do licenciamento) mudam-se as regras.”

O artigo 23 da Constituição Federal estabelece que a gestão do patrimônio ambiental é de responsabilidade das três esferas de governo, mas não deixa claro como distribuir as competências. Em entrevista na edição 21 (julho de 2008) de PÁGINA 22, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, prometeu regulamentar o artigo 23 em menos de dois meses. A espera continua. **22**

Quem tem padrinho não morre pagão

"Minha mãe gosta mesmo é de uma lavação." O que mais a filha enxergava próximo dela era água. Uma matéria que, para quem nasceu antes dos anos 80, nos era líquida, certa e sem culpa

Minha mãe é das que guardam as provas de Matemática da 5ª série em que fui bem ou beirei o zero. As minhas e as da minha irmã, aconchegadas naquelas caixas-arquivo de papelão, na parte mais alta do armário, o que significa que toda essa papelada é revista uma vez a cada cinco anos, certamente quando estamos há um tempo lhe devendo uma visita.

E foi numa dessas ausências nossas, substituídas por boletins e carteirinhas do colégio estadual, que minha mãe encontrou a redação em que pela primeira vez minha irmã a descrevia, talvez na 3ª ou 4ª série. “Minha mãe gosta mesmo é de uma lavação.” Na cabeça dos 7 anos da Mônica, lavação era a mãe molhando as plantas do jardim, jogando água na terra seca do quintal quando ficava muito tempo sem chover, lavando a louça do almoço e as outras ocupações domésticas que essa mãe aos 40 anos revezava com o trabalho intelectual. O que mais a filha enxergava próximo dela era água. Uma matéria que, para quem nasceu antes dos anos 80, nos era líquida, certa e sem culpa.

Suspeito que, nos rituais aquáticos, dona Cecília era menos afazeres e mais fuga de obrigações.

Nesta mesma cidade, a pergunta frequente era se o bebê tinha chorado muito ou pouco na hora do batismo. Sinal de bom ou mau cristão? Dependia também da disposição do padre em derramar muita água na cabeça do menino, o que rendia comentários para uma semana. Mais tarde, um banho demorado era apelidado de banho Cleópatra, sabe-se lá o que a meninada pensava desse termo inventado no

interior católico mineiro. Mas o certo é que a água era assim. Mais tarde, meu pai me deu um vidrinho de sal de fruta fechado com fita crepe e recomendou jogar o líquido em todos os cômodos da minha casa na capital. Era a água que saía do túmulo de um padre santo. A mesma depositada numa pia na entrada da igreja onde os fiéis molhavam a ponta do dedo e esparramavam pelo rosto.

A fé do meu pai na água era de nascença. Meu avô adivinhava a chegada da chuva pela virada nas folhas das laranjeiras que plantou. Meu pai levou essas laranjeiras e árvores da fazenda para a cidade onde criou família, mas alguns vizinhos reclamam até hoje das folhas sujando a calçada e algumas vezes ele acaba errando o prognóstico da chuva.

Dia de lavar a caixa-d'água era um deus-nos-acuda. Um mau humor geral se instalava na casa. Banhos rápidos, comida boba sem variedades, o povo calado e minha mãe com a cara torcida o dia inteiro. Depois a água chegava e tudo voltava ao seu curso normal na Rua Agostinho Azevedo. Se chovia muito, além de encher a caixa-d'água, a

população corria para ver a praia. A praia é o Córrego do Lenheiro, que corta a cidade e inunda só as casas da periferia. Quem não foi inundado corre até a beira da praia, debaixo da sombrinha, para ver o caldo grosso e marrom chegando perto da ponte e arrastando tudo.

A água pagã e sagrada de São João del Rei é a mesma que lava as escadarias do Bonfim, coisa que, de obrigação religiosa, passou a festa, tendência nossa brasileira. Este ano se cumpriu a 255ª lavação, reunindo ali católicos, espíritas, seguidores do candomblé, umbanda, ricos e pobres na Bahia. A água rompeu a hierarquia e sobrou anunciar e celebrar.

Sem ela, também não sei o que seria dos casamentos na aldeia dos Tapirapé, no norte de Mato Grosso. No final da tarde, o cacique sai abraçado com sua mulher e com toalhas nos ombros. O sol está indo embora e deixa morna a água do riacho. É hora do banho-namoro naquelas bandas. O riacho fica atrás das ocas e os casais vão andando sem pressa para a higiene diária. É também no riacho que as panelas são areadas e os meninos brincam.

Em São Félix do Araguaia, onde um lado é Mato Grosso e o outro é Tocantins, o rio serve para pesca, transporte, lazer, alimentação. Mas o rio sustenta ainda o Flutuante, bar-restaurant no qual se come o melhor peixe assado da cidade. Do Flutuante, os frequentadores lançam suas varas ao Rio Araguaia e depois devolvem tudo que é pescado. Sem o Flutuante, também não sei não. **22**



A difícil tolerância

Adoutora em História pela Universidade de São Paulo Anita Novinsky conta nesta entrevista como surgiu a ideia de criar o Laboratório de Estudos sobre a Intolerância (LEI), após o 11 de Setembro. “Vi que os intelectuais não poderiam ficar só na universidade, escrevendo seus livros sobre a Antiguidade, mas deveriam agir.” O LEI deverá evoluir para um Museu da Tolerância, aberto ao público, que poderá consultar e conhecer histórias que levaram a guerras, preconceito, antissemitismo, escravidão. É a proposta

de Anita para combater o estado de debilidade da memória e um ensino que privilegia a competição em lugar da compreensão.

Em sua longa carreira na USP, Anita Novinsky dedicou-se a estudar os judeus no Brasil e a Inquisição – e sobre este último tema

coube a ela introduzir os primeiros estudos na universidade, a respeito do qual publicou mais de uma dezena de títulos e artigos. Para dar continuidade ao debate iniciado pela publicação de entrevista com a também professora da USP Arlene Clemesha, na edição 27, sobre a questão territorial na Faixa de Gaza, PÁGINA22 abre espaço para uma visão diferente a respeito de tema tão polêmico. Nesta conversa, Anita reconta, à sua maneira, a história do conflito entre palestinos e israelenses e mostra como a tolerância está longe de ser alcançada, por parte dos dois lados.



A senhora disse que a USP tem hoje uma visão pró-palestina. Como a identifica e quais as razões? A USP foi a primeira universidade no mundo que introduziu estudos inquisitoriais. Como a Igreja assume a Inquisição, era muito difícil estudar esse fenômeno. Então a USP tem esse mérito. Além disso, a Universidade de São Paulo tem uma tradição humanística, recebeu professores judeus, refugiados da guerra e que foram os primeiros cientistas, filósofos, pensadores. Hoje a universidade está contagiada pela mídia tendenciosa, que constantemente fica apontando os crimes do Estado de Israel. E a mídia é tendenciosa em todo o mundo. O antissemitismo é um movimento que persiste desde a Antiguidade. Sempre há relevância aos crimes de Israel e as vítimas são sempre os palestinos. Judeu é o invasor, judeu é o carrasco, e o palestino é a vítima. Isso é uma mentira das mais grotescas da história de hoje. Porque na fundação de Israel havia judeus e árabes, portanto, os judeus são tão palestinos quanto os que se chamam palestinos. Quando Israel perdeu a independência e foi conquistada pelos romanos, passou a se chamar Palestina, até 1948. Neste ano, a ONU fez a partilha entre árabes e judeus.

Como a senhora avalia a definição ocupados (Palestinos) e ocupantes (Israel) dada pela professora Arlene Clemesha em entrevista para a edição de fevereiro de PÁGINA22? Hoje Gaza é um território plenamente ocupado por Israel. Mas Israel devolveu Gaza. Havia um pacto de paz, de não-agressão. Quem invadiu? Quem rompeu? Foi o Hamas quem rompeu o acordo de paz. Israel é acusado de tudo, mas Israel tem o direito de defender-se. Se 40 mil mísseis e não sei quantos mil foguetes são jogados em Israel, o país não vai fazer nada? Então, nós não podemos falar assim: “Ocupados e ocupantes”. Israel foi dividido pelas Nações Unidas, Israel aceitou a posição. Os lugares mais sagrados dos judeus ficaram do lado dos árabes.

Mas os acordos com a ONU preveem a criação do Estado de Israel e a criação do Estado Palestino. E isso até hoje não se conformou. Por quê?

Porque os palestinos não querem. Foram oferecidos 92% de tudo o que estava ocupado pelos judeus para os palestinos e eles não aceitaram. Os árabes não querem os judeus no Oriente Médio. O judeu é a modernidade, o judeu é a cultura da vida, eles são a cultura da morte, são dois mundos irreconciliáveis.

Não haverá reconciliação? Enquanto esse ódio for enxertado, é irreconciliável. Porque o povo árabe não respeita a vida. Você sabe que tem mais de 50 mil crianças prontas para morrer? Prontas para dar a vida. Que amor é esse pela criança? Eles perguntaram também para Israel, um jornalista perguntou: “Como é que as crianças judias não estavam morrendo tanto?” E falaram: “Porque nós defendemos as nossas crianças”. Você sabe que em Israel

tem *bunker* construído em todo lugar. Qualquer notícia de um ataque, todas as crianças vão para um *bunker*. E os árabes põem as crianças na frente dos soldados.

Que caminhos a senhora vê para um acordo? Ou não vê? A primeira coisa para você fazer par com o outro é que o outro precisa dar a você o direito de viver. E os árabes não reconhecem o Estado de Israel, não dão o direito aos judeus de estarem lá. Então não podemos fazer par.

Com o Hamas na política não há acordo? Eu o considero um grupo terrorista, como a Comunidade Europeia e os Estados Unidos também consideram. Porque é a cultura da morte, eles não têm o menor respeito pela vida. Você sabe que, quando um soldado de Israel morre, para a cidade inteira, fecham todas as lojas, porque um morreu.

Mas o número de mortes do lado palestino é muito maior do que o número de mortes entre os israelenses... Falo isso pela desproporcionalidade entre os ataques e não exatamente pelos números. Um homem é igual a mil. Se eles têm mais mortos, é porque eles jogam as crianças e as mulheres. Você sabe que eles matam primeiro as meninas? Eles põem primeiro as meninas porque, para eles, a mulher não vale nada, a mulher é a escrava. Eu conheço os judeus e conheço os árabes, eu vou a Israel há 30 anos, todos os anos. Eu tenho muitos amigos árabes. E tem árabes maravilhosos, esclarecidos. Tem um milhão e meio de árabes vivendo em Israel, cidadãos de Israel, estudando nas universidades, ministros e parlamentares. Você conhece um país que tenha um inimigo no Parlamento? O único país que faz isso é Israel, porque dá direito aos árabes.

Apesar de que nós sabemos que, nesse conflito, muitos árabe-israelenses que moram em Israel e que nasceram em Israel estão inclinados aos palestinos. Não são todos, a grande maioria não, mas tem muitos que estão. Tem a tradição da língua, tem a tradição dos costumes, então eles se inclinam a defender mais os árabes. Agora, por que os árabes não fazem nada por esses pobres palestinos? Você sabe que os grandes magnatas do petróleo podiam ter resolvido essa questão brincando? Mas não interessa. Todos os judeus do mundo mandam dinheiro para Israel. Meu pai enviava dinheiro para cada criança que nascia. Então são duas culturas diferentes. Como é que você consegue reconciliar duas culturas tão opostamente diferentes?

Vamos falar agora desses novos governos. Com Benjamin Netanyahu fazendo alianças com ultradireitistas e uma possibilidade de coalizão do Hamas com outros grupos, o encontro desses dois universos fica cada vez mais difícil? Eu venho de uma tradição marxista, eu

venho da Universidade de São Paulo, onde estou desde os 18 anos. Tenho uma interpretação materialista da história. E eu não sou religiosa, eu sou laica e sigo algumas tradições religiosas em memória da minha mãe e do meu pai.

As Nações Unidas deram a partilha, os judeus ficaram com um pedaço e eles ficaram com um pedaço. Tudo que é sagrado para os judeus ficou do lado deles.

Mas Jerusalém não ficou. Claro, Jerusalém foi partida no meio. Mas por quê? Por que Jerusalém hoje está na mão de judeus? A ONU dividiu. Tudo o que era sagrado, como o Muro das Lamentações, onde os judeus durante 2 mil anos iam chorar a perda da liberdade, a perda da pátria. Em todos os lugares do mundo os judeus foram massacrados. Não tem um poder ou país que pode se eximir e dizer: “Não, aqui nós não matamos ninguém”. Todos os países mataram.

O Brasil matou? A Inquisição matou por 300 anos, mas não se morria aqui, levava-se para Portugal. A metade da população brasileira era judia, durante a época colonial. Quando se dividiu a Palestina em duas partes, uma ficou chamando Israel, a outra ficou do lado dos árabes e aí criou-se o povo palestino. Não havia povo palestino, criou-se o povo palestino. Os judeus ficaram do seu lado, o Muro das Lamentações ficou do lado deles. O túmulo de Raquel, dos patriarcas de Abraão e Jacó, tudo ficou do lado deles. A Cidade Velha, sagrada, de Jerusalém, ficou do lado deles. Os judeus são o único povo no mundo que tinha uma universidade antes de ter um país. Em 1925 foi a criada a Universidade Hebraica de Jerusalém. Israel não existia. Ela ficou do lado dos árabes também.

Bom, e o que aconteceu? Os árabes não aceitaram. Quem invadiu? Quem rompeu? Não foi o judeu. A Guerra dos Seis Dias o que foi? Os árabes invadiram Israel. Não aceitaram a partilha da ONU. E, na Guerra do Yom Kippur, estavam todos os soldados jovens rezando e eles justamente atacaram naquele dia. Porque não aceitaram. Aí, sim, na Guerra dos Seis Dias, os judeus tomaram o território, mas quem invadiu foram eles. Os judeus lutaram e conquistaram tudo outra vez. Você sabe que eles fugiram pelo deserto, fugiram todos, não estavam preparados e fugiram. E os judeus ocuparam Jerusalém.

Como Israel poderá suspender o bloqueio ao território palestino? Como suspender, se o outro não para? Você viu, o judeu entrou em acordo com o Hamas. Eu estava em Jerusalém, em agosto de 2005, quando se deu a desocupação de Gaza.

Mas restam colônias israelenses na região. Ainda tem, mas a maioria toda saiu, as casas, as lojas, tudo. As meninas e rapazes que

tinham nascido lá tiveram que sair da sua casa, da sua escola, entrar em um caminhão e ir embora. Não tinha nem para onde ir, o governo acomodou, porque o governo lá cuida de sua população. Mas você não pode imaginar o que eram os choros, os gritos das crianças saindo de Gaza, porque eles nasceram lá e aquilo era a pátria deles. Eu nunca poderei favorecer as direitas, porque as direitas em geral são fascistas, são nazistas, são fundamentalistas. Agora, nós vivemos em um mundo em que já não se pode mais distinguir tão bem direita e esquerda, porque a esquerda hoje está tão fanatizada e tão racista quanto a extrema direita.

Todo o povo de Israel quer um Estado palestino. Mas não adianta, porque o Hamas não aceita a existência de Israel. Então, não adianta falar em paz, em acordos, em nada, enquanto o Hamas não admitir que Israel tem o direito de viver. Eles não acreditam nisso, eles não reconhecem.

Então essa troca do governo de Israel não muda nada? O governo de Israel é um governo democrático, primeiro de tudo. Mesmo o governo de direita, porque é um governo que tem eleições não fraudulentas, normais e não tem nenhum ditador. Não é um totalitarismo, é uma democracia. É o único Estado democrata que existe no Oriente Médio. Os outros todos são fundamentalistas, totalitários. Como o Netanyahu, tem uma porcentagem do povo em Israel, uns 5%, 6%, mais ou menos, que são extremamente religiosos. Eu não tenho nada a ver com eles, nem o povo de Israel tem. A maioria do povo de Israel é laico, democrata e não religioso, mas tradicionalista.

Sua família migrou para o Brasil, fugindo do Holocausto? O meu pai veio antes. Ele queria ir para os Estados Unidos, mas não davam visto. Quando ele veio para o Brasil, era para sair daqui para os Estados Unidos. Quando ele chegou aqui, ele gostou muito, resolveu ficar e mandou vir a minha mãe. O antissemitismo na Polônia, você não imagina. O polonês era mais antisemita do que o alemão. Tem um monumento enorme numa cidade polonesa em memória dos judeus que foram assassinados pelos poloneses, depois que saíram do campo de concentração.

Seu avô não quis vir? O meu avô, coitado, ele não imaginava o que ia acontecer. Ele escreveu para a minha mãe, eu tenho a carta: “Olha, a situação está ruim, está em crise, eu não posso vender nada, não posso vender a minha casa. Deixa melhorar a situação, eu vou vender alguma coisa, eu vou”. Que ilusão. Quando eu estive na Polônia, fui visitar a casa em que nasci. Eu tinha 1 ano de idade quando vim (para o Brasil). Eu tinha um guia polonês e uma menina polonesa que falava inglês, que era a minha guia também. Vi uns homens passarem na rua e pedi que ele perguntasse se eles conheciam o meu avô. Responderam: “Ele morava aqui. Os alemães chegaram,

jogaram ele na rua e bateram nele, 'Jüdisches! Jüdisches! Jüdisches!'” “Jüdisches” quer dizer “judeus”. Bateram nele e levaram embora para o campo de concentração. Ele tinha mulher, tinha filhos, tinha netos, tinha irmã, tinha família. Morreu como um cão, sem ninguém.

São quantos os judeus hoje no Brasil, foco dos seus estudos na USP?

No Brasil tem 150 mil. Aqui em São Paulo tem 80 mil, e 50 mil no Rio de Janeiro. A maioria está em São Paulo e no Rio de Janeiro, porque judeu gosta de morar perto (*um do outro*). Todos os brasileiros de classe média têm origem judaica, porque ninguém vinha para o Brasil. Ou se morria de malária, ou se morria em naufrágio, ou se morria comido pelos índios. Só vinha quem não tinha onde ficar. A Inquisição ameaçava matá-los e queimá-los vivos. Então, claro, eles fugiam. E cada nau que saía do porto de Lisboa, do Tejo, vinha carregada de fugitivos. Os ricos tiveram engenhos. Depois vieram os pobres e os ricos deram um pedaço de terra para eles cultivarem.

Hoje, todo povo de Israel quer a pátria e por isso quer fazer a paz. Mas os radicais e os religiosos não querem, tanto judeus como árabes. A única diferença é que para esses fanáticos judeus a vida é o supremo bem. E para os árabes fanáticos a vida não é o supremo bem.

Já que estamos falando de intolerância, queria que a senhora falasse do Laboratório de Estudos sobre a Intolerância.

Bom, nós criamos o laboratório no ano de 2002 na Universidade de São Paulo. É um novo centro de pesquisa. Ele já é reconhecido internacionalmente e tem uma equipe de pesquisadores numerosa. Eu tive a ideia de criar o laboratório depois do 11 de Setembro. Estava na Europa e percebi que os intelectuais tinham que entrar na realidade. Os intelectuais não podem mais ficar na academia, escrevendo sobre a Antiguidade para meia dúzia de leitores. Esses intelectuais têm de ter um papel no mundo e se manifestar. Porque ou nós nos manifestamos ou os totalitaristas e os fundamentalistas ganham. Ou nós trabalhamos ou eles ganham. Então eu acho que o intelectual não pode mais ficar alheio ao que está acontecendo no mundo. Ele tem que ser ativo, tem que ser engajado.


E o que o laboratório comporta é a história brasileira? Tem seis módulos, por enquanto. Vai ter mais, porque o laboratório está se expandindo muito. Cada módulo tem um coordenador e os seus pesquisadores. Vou dar um exemplo: eu sou a coordenadora do módulo sobre a Inquisição, intolerância, que é a minha especialidade. E então eu coordeno os meus pesquisadores. Eu tenho dez que estão fazendo o doutoramento, que são oficialmente inscritos para trabalhar na pesquisa. Depois, tem os módulos sobre a educação, o holocausto, a mulher, os índios e um módulo

sobre os negros, a escravidão. São seis módulos. Cada módulo tem o seu coordenador e seus pesquisadores. Nós já publicamos doze livros. A ideia é que o laboratório evolua para um Museu da Tolerância, aberto ao público, para as crianças, as escolas frequentarem. O museu pretende instalar, pela primeira vez na América Latina, uma escola aberta a todas as raças e credos, esclarecendo os danos causados pela intolerância, responsável pelo sofrimento e extermínio de milhões de seres humanos. Deverá ser um espaço vivo voltado para a aprendizagem e a educação, apontando por meio de exposições permanentes e itinerantes questões cruciais como racismo, escravidão, inquisição, antissemitismo, holocausto, terrorismo, discriminações contra a mulher e grupos étnicos, conflitos religiosos, trabalho infantil. No projeto do museu constam duas biblioteca, uma cinemateca, um auditório para 400 pessoas, galerias para exposições, salas multimídia, salas de aula, lanchonetes e espaços de estar para encontros informais. Um espaço também será reservado para as atividades do laboratório.

O ensino precisa de uma disciplina que seja tolerância, algo nesse sentido?

Pois é, a ideia do museu é as escolas irem lá para ver o que a intolerância fez, os massacres que a intolerância causou: o nazismo, a Inquisição, a escravidão, isso é o que o Museu da Tolerância vai mostrar. Por exemplo, o Museu da Tolerância de Los Angeles é assim: você pode acessar um computador em que aparecem questões para responder. E depois aparece no telão a resposta certa. Então, por exemplo, um deles dizia assim: “A maior parte da mortalidade infantil é por causa de...” E dá dez razões: fome, espancamento, doença... Das dez você tem que responder no seu computador qual é a que acha a certa. E eu que achava que era muito bem informada, respondi que era por inanição, má alimentação, crianças mal alimentadas, não é isso? Doenças. Não é verdade. A maior causa da mortalidade infantil é o trabalho infantil. Eu descobri isso lá. Eu, que achava que sabia tudo, cheguei lá e vi aquilo. É nesse tipo de museu que você vai entrar. Na sala de racismo vai aparecer o que é o racismo. E as pessoas do povo vão aprender. É uma escola, o nosso museu vai ser uma escola.

putador qual é a que acha a certa. E eu que achava que era muito bem informada, respondi que era por inanição, má alimentação, crianças mal alimentadas, não é isso? Doenças. Não é verdade. A maior causa da mortalidade infantil é o trabalho infantil. Eu descobri isso lá. Eu, que achava que sabia tudo, cheguei lá e vi aquilo. É nesse tipo de museu que você vai entrar. Na sala de racismo vai aparecer o que é o racismo. E as pessoas do povo vão aprender. É uma escola, o nosso museu vai ser uma escola.

E a senhora é muito crítica também do ensino. Nossa! É preciso haver uma renovação completa do sistema educacional brasileiro e mundial. Não pensa que é só aqui, é mundial também. Porque esse espírito de competição é um veneno para a criança, esse espírito de competição: “Você tem que ser o primeiro. Se não for o primeiro, você vai ficar inferior ao seu vizinho”. Isso é a pior coisa que pode existir para uma criança. Eles não têm psicologia, não conhecem. Aliás, no dia 22 de abril, agora, vai acontecer no Sesc Pinheiros o Congresso Mundial sobre Tolerância, que eu organizei. Virá gente do mundo inteiro. 

“A ideia do museu é as escolas verem o que a intolerância fez: o nazismo, a Inquisição, a escravidão. Isso é que o Museu da Tolerância vai mostrar”

Artigo

RACHEL BIDERMAN FURRIELA

Coordenadora Adjunta do GVCes




Bendita água

Símbolo de purificação e de proteção nas **diversas religiões**, é percebida como essência da vida até para os que não professam crenças

ou tomarem água contaminada. As fontes de água são consideradas sagradas também em várias religiões. O Rio Jordão, partilhado entre Israel, Síria e Jordânia nos dias de hoje, é importante para cristãos, muçulmanos e judeus. Acredita-se que foi nesse rio que João Batista batizou o Cristo. O Antigo Testamento referia-se ao vale do Rio Jordão como um jardim divino. Em suas margens estão enterrados muitos dos companheiros de Maomé.

Desperdício proibido

Na Índia, o Rio Ganges é considerado sagrado. Uma das maiores aspirações no hinduísmo é morrer na cidade de Varanasi, às margens do Rio Ganges. Acredita-se que a morte nesse local interrompa o ciclo de encarnação e reencarnação, rumo à vida eterna. O banho nas águas do Ganges é ritual purificador, o que hoje gera enormes preocupações em termos de saúde pública, dada sua contaminação.

Se a água é provida de espírito, ou se nos transporta para perto de espíritos elevados, se nos foi oferecida por dádiva divina, ou se é fruto de evoluções geológicas, não nos é concedido compreender integralmente ainda. Qual seja sua origem, merece respeito. Independente de seu poder de nos ligar ao eterno ou permitir acesso a outros povos e terras por mares e rios, se lava nossa alma, ou higieniza nosso ser, é de se louvar sua existência. Tem o mérito de nos lembrar das fontes de origem da vida, e da importância da proteção de todas as formas de vida. Sem água no ventre da mãe, uma criança não prospera. Sem água, o corpo não funciona. Sem água, as mentes não produzem. Seria a água um meio de aproximação ou um lugar de encontro com Deus? **Poderia a água constituir um instrumento de construção da paz?** Impossível responder, mas é possível acreditar. 

A água é elemento vital para todos os seres e historicamente tem convidado os humanos à reflexão e à transcendência. É símbolo de purificação, regeneração ou proteção em muitas religiões e percebida como essência da vida até para os que não professam crenças. À água é atribuído o poder da cura e do afastamento de perigos. Pelo batismo com água, em muitas religiões, acredita-se ser possível receber a palavra de Deus e sua bênção libertadora.

A grandiosidade do mar, das cataratas, ou a virulência das tempestades assustam e ao mesmo tempo inebriam o pensamento humano, inspirando o reconhecimento da existência divina, considerada para muitos o único ser capaz de gerar um bem de tamanho esplendor.

Para os católicos a água é usada no batismo, libertando a alma do pecado original, tornando o corpo um templo onde Deus habita. Os católicos usam a água benta, uma mistura de água e sal consagrada pelos sacerdotes, para benzer-se ao entrarem ou saírem das igrejas, num sinal de busca de proteção contra o maligno. Entre os católicos, é comum ainda a busca de cura pelas águas, como é o caso da fonte do Santuário de Lourdes, na França. Para os cristãos ortodoxos, a água benta é usada em rituais de exorcismo e bênçãos. Na Bíblia cristã, a água é citada como elemento purificador e com poder de cura. E mais, a água lembra o próprio Cristo, considerado “água viva” (Evangelho de São João, Capítulo 4, Versículo 10).

No Antigo Testamento, texto sagrado para judeus e cristãos, há várias menções à importância da água. No livro Números, o Senhor disse a Moisés o seguinte: “Toma os levitas do meio dos israelitas e purifica-os. Eis como farás para purificá-los: asperge-os com a água



BRUNO BERNARDI

Ebru feito em
Istambul a pedido
de PÁGINA 22

Arte sobre a água

Em uma bandeja de água misturada a algas marinhas, Idil Ergin-Ayar salpica com o pincel tintas coloridas. E, com uma fina ponta de metal, dá contornos aos pingos, formando sinuosos desenhos. Foi com artesãos famosos que ela aprendeu a tradicional técnica do Ebru, uma das mais antigas artes da Turquia, onde remonta ao século VIII.

Sobre a lâmina d'água, as mãos firmes de Idil pousam com delicadeza uma folha de papel. Os desenhos que boiavam na superfície imediatamente aderem à folha. Agora é só deixar secar. A obra tem cheiro do mar, do mares que contornam a Turquia.

Estima-se que o Ebru tenha nascido no Turquestão. Hoje ele empresta sua ideia de maleabilidade, permeabilidade e movimento a Istambul, que, escolhida como capital cultural europeia em 2010, quer imprimir-se como ponte entre Oriente e Ocidente, entre água e terra, entre tinta e papel. [ZZ](#)

Preservar é acreditar. Vale para a água, vale para o planeta.

Acreditar nas pessoas é promover ações que tornam sua vida melhor agora e no futuro. Por isso, a CAIXA financia obras de saneamento básico que contribuem para a proteção do meio ambiente, preservação das fontes, rios e mananciais. Em outras palavras, são obras que promovem a sustentabilidade. Para nós, cuidar da água é acreditar no futuro.

CAIXA. O banco que acredita nas pessoas.



SAC CAIXA

Informações, reclamações, sugestões e elogios
0800 726 0101
Para pessoas com deficiência auditiva
0800 726 2492

Ouvidoria

0800 725 7474

A NOITE RENOVA O SONHO.
O SONHO RENOVA A IMAGINAÇÃO.
A IMAGINAÇÃO RENOVA A HUMANIDADE.

TATIANA

O bem-estar individual é fundamental para a harmonia e o desenvolvimento coletivo. A renovação de recursos valiosos, como talento, criatividade e capacidade de trabalho, depende do sono. Na Natura, a preocupação com o bem-estar orienta não só as relações com as pessoas, mas também com a comunidade e o meio ambiente. A nova linha Natura Tododia Todanoite foi criada segundo essa visão. Cremes e sabonetes hidratantes especiais para uso noturno, produzidos a partir de ativos que ajudam a relaxar e a dormir melhor. A prosperidade da humanidade depende do perfeito equilíbrio da cadeia produtiva. E começa com uma boa noite de sono.


natura
bem estar bem
www.natura.net